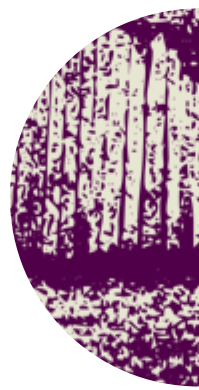




6

**Transformações
demográficas
e mobilidade
no mundo rural**



Mensagens-chave

A proporção da população rural da América Latina e do Caribe (ALC) tem diminuído constantemente desde 1950, e as projeções indicam que essa tendência vai se manter durante as próximas três décadas.



Historicamente, as taxas de fecundidade têm sido mais altas nas áreas rurais do que nas urbanas, embora a diferença tenha diminuído significativamente desde os anos 2000.



O envelhecimento da população manifesta-se com intensidade semelhante nas áreas rurais e urbanas. Atualmente, pessoas com 65 anos ou mais representam cerca de 10% da população, proporção que continuará aumentando.



A população indígena está claramente sobrerrepresentada nas áreas rurais da ALC e sua presença aumenta com o grau de ruralidade do território.



As famílias rurais da ALC passaram por profundas mudanças nas últimas décadas: são menores em número de membros, têm menos filhos, maior presença de idosos e uma maior proporção de chefia feminina.

A emigração rural diminuiu, embora na última década tenha representado a saída anual de 1% a 2% da população rural. Metade dos que emigram vai a municípios urbanos, enquanto o restante se desloca para municípios semiurbanos ou rurais.



A emigração é mais intensa entre os jovens de 14 a 29 anos, contribuindo para o processo de envelhecimento demográfico nos territórios rurais.



A imigração para as áreas rurais não compensa a emigração, mas atinge proporções relevantes e desempenha um papel crescente na reconfiguração demográfica desses territórios.



Os indicadores de saúde e educação mostram avanços no capital humano rural, mas esses avanços ainda são insuficientes para eliminar as disparidades estruturais que limitam o bem-estar e as oportunidades de desenvolvimento.

Transformações demográficas e mobilidade no mundo rural¹

Introdução

O desenvolvimento econômico e as mudanças estruturais são frequentemente acompanhados por transformações na distribuição territorial da população. À medida que as economias se diversificam, o emprego se desloca das atividades primárias para os serviços e a indústria, setores que tendem a se concentrar nos centros urbanos. Esse processo, que acompanhou a transformação da América Latina e do Caribe (ALC) ao longo do último século, reflete-se na redução contínua do peso relativo da população rural. No entanto, a magnitude e o ritmo dessa redução diferem entre os países, em parte porque se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento e urbanização.

Apesar dessa diversidade, a evolução demográfica da população rural segue padrões semelhantes em toda a região. O peso da população rural diminui gradualmente em todos os países, embora em ritmos diferentes. Por um lado, o crescimento

populacional faz com que certas áreas que antes eram rurais deixem de sê-lo. Por outro lado, a transição demográfica, marcada pela queda da fecundidade e pelo envelhecimento da população, também avança nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, os movimentos migratórios, tradicionalmente de saída, perderam intensidade e mostram maior equilíbrio entre os fluxos de entrada e saída, refletindo uma menor pressão migratória e novas dinâmicas territoriais. Por fim, embora se observem melhorias nos indicadores de desenvolvimento humano, como educação e saúde, esses avanços têm sido insuficientes para reduzir as disparidades com as áreas urbanas.

Este capítulo documenta esses processos e oferece uma visão panorâmica das transformações demográficas e sociais do mundo rural, com uma perspectiva de longo prazo. Quando as informações permitem, a análise é complementada com

1 Este capítulo foi elaborado por Dolores de la Mata e Tatiana Rosá com a assistência de pesquisa de Juan Barnes, Belén Cañuelo, Leandro Martínez Villa e Emilse Vargas.

uma abordagem do continuum rural-urbano, além da tradicional dicotomia entre os dois espaços. Assim, o capítulo atualiza e amplia as evidências disponíveis sobre a população rural². Além disso, estabelece as bases para a compreensão das mudanças estruturais que moldam o presente e futuro demográfico das áreas rurais. Antecipar como essas dinâmicas evoluirão será fundamental para

entender as pressões que os sistemas de produção, os serviços, a proteção social e os territórios da região enfrentarão nas próximas décadas. Este é um ponto de partida essencial para abordar posteriormente as fontes de renda e as oportunidades econômicas das famílias rurais (capítulo 7), bem como o acesso a serviços básicos (capítulo 8).

População rural na ALC

População rural de acordo com as definições nacionais

A população rural da América Latina e do Caribe era de aproximadamente 120 milhões de pessoas em 2025, de acordo com dados do Centro Latino-Americano e Caribenhos de Demografia (Celade-Divisão de População da CEPAL e DPNU, 2024), que consideram as definições nacionais de ruralidade.

Isso equivale a cerca de 18% da população total da região. Conforme mostrado no capítulo 1, a proporção da população rural vem diminuindo gradualmente desde 1950, e as projeções indicam que essa tendência continuará nas próximas três décadas (UNDESA, 2019).

População rural de acordo com medidas padronizadas de ruralidade

Existe uma grande heterogeneidade na forma como os países definem as áreas rurais (consultar Roberts et al., 2017 e o capítulo 1). Essa falta de comparabilidade gerou um interesse crescente na adoção de critérios mais padronizados que permitam comparações internacionais entre populações que compartilham características semelhantes de seu contexto. Uma alternativa promovida nos

últimos anos é a classificação por grau de urbanização (DEGURBA, na sigla em inglês), que aplica parâmetros homogêneos para todos os países (tabela 6.1)³. De acordo com essa classificação, em 2025 a população rural da região era de cerca de 100 milhões de pessoas (equivalente a 15% da população total), um número ligeiramente inferior ao que consta nas estatísticas oficiais.

2 Em particular, as fontes tradicionais, como as projeções das divisões populacionais da CELADE e das Nações Unidas (Celade-Divisão de População da CEPAL e DPNU, 2024), são complementadas por processamentos próprios de censos (1970-2020), pela base de dados Migração Interna da América Latina e do Caribe (MIALC) e pelos indicadores harmonizados das pesquisas domiciliares do CEDLAS (2025) para o monitoramento socioeconômico (2003-2023), abrangendo um total de 22 países.

3 Existem outras metodologias que permitem uma compreensão mais detalhada do continuum rural-urbano. Uma delas é o índice de ruralidade relativa (IRR) (Waldorf, 2006). Albina et al. (2025) aplicam o IRR na Argentina e seus resultados mostram que o índice está altamente correlacionado com outros indicadores de ruralidade, como luminosidade noturna, dados de satélite e medidas do DEGURBA. Essa consistência valida sua utilidade para a análise territorial e sugere um grande potencial para estudos comparativos, embora ainda não tenha sido aplicado de maneira padronizada em todos os países da região.

Uma vantagem do DEGURBA é que permite caracterizar a população em um espectro contínuo rural-urbano, identificando áreas de urbanização intermediária, denominadas semiurbanas, onde atualmente reside cerca de um quarto da população da ALC, e urbanas, que concentram cerca de 60%, como mostra o painel A do gráfico 6.1. Além disso, o DEGURBA distingue diferentes categorias dentro da população rural, representadas no painel B do gráfico 6.1: aproximadamente metade vive em aldeias rurais, enquanto a outra metade está localizada em áreas rurais dispersas ou principalmente desabitadas. Essa composição da população rural varia entre

as sub-regiões: a América do Sul tem uma proporção de população rural dispersa superior à da América Central e dos países do Caribe.



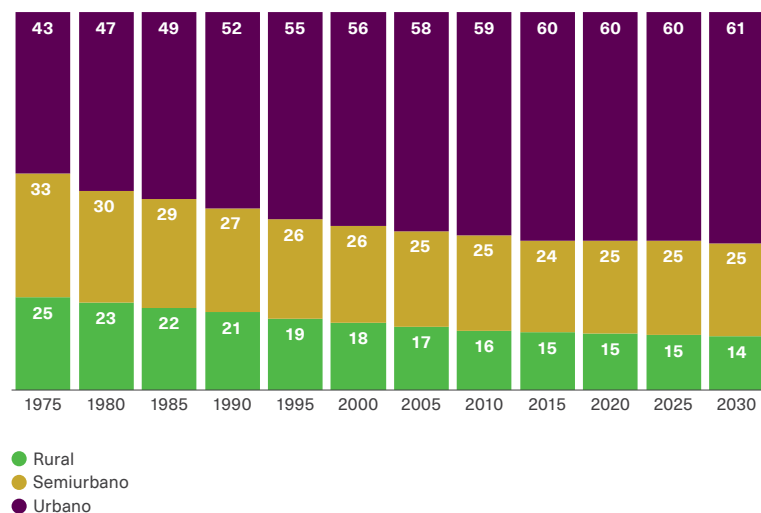
Metade da população rural da ALC vive em aldeias rurais, enquanto a outra metade está localizada em áreas rurais dispersas ou principalmente desabitadas

Gráfico 6.1

Distribuição da população por grau de urbanização na América Latina e no Caribe

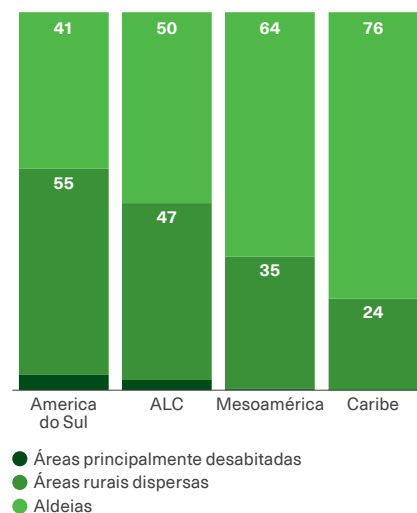
Painel A.
População total, 1975-2030

Porcentagem



Painel B.
População rural, 2025

Porcentagem



Nota: As categorias utilizadas no painel A correspondem ao nível 1 da classificação DEGURBA, enquanto as do painel B correspondem às categorias rurais do nível 2 da mesma classificação (quadro 6.1). Os totais podem não somar 100% devido ao arredondamento.

Fonte: Elaboração própria com base em Schiavina et al. (2023).

Quadro 6.1

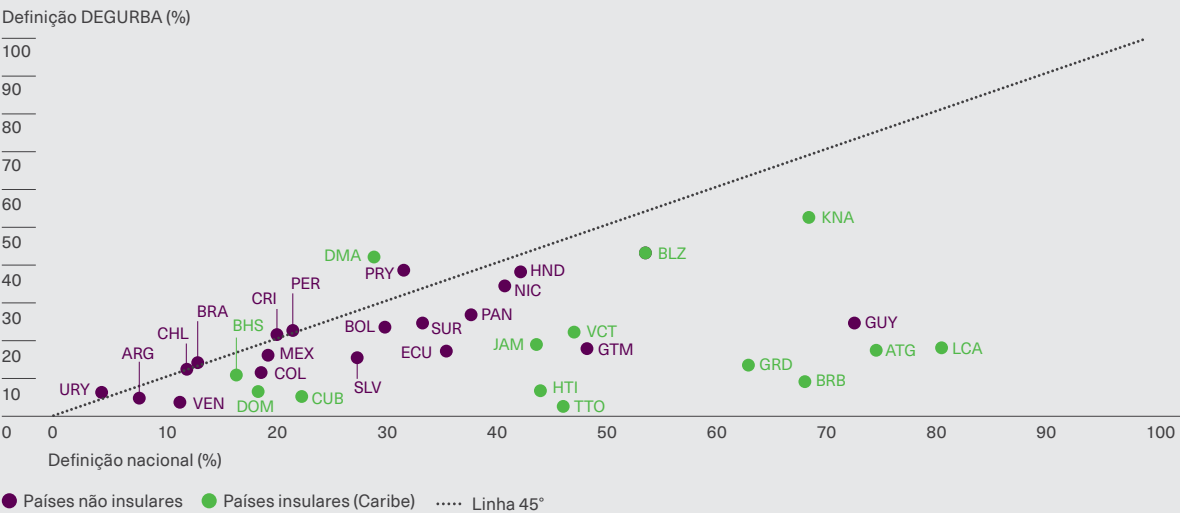
População rural segundo o DEGURBA

A abordagem DEGURBA (do inglês *degree of urbanisation*) é uma metodologia desenvolvida pelo Eurostat e adotada por organismos internacionais para classificar os territórios de acordo com seu grau de urbanização com base em critérios comparáveis e objetivos (Comisión Europea et al., 2024). Ao contrário das definições tradicionais que se baseiam em limites administrativos, o DEGURBA utiliza uma malha regular de células de 1 km² para classificar os territórios por meio da identificação de padrões de densidade populacional e do tamanho dos assentamentos.

A classificação é organizada em dois níveis hierárquicos. No nível 1, cada célula é classificada como parte de uma cidade ou área urbana, uma área semiurbana ou uma área rural, de acordo com critérios de densidade populacional e conexão com núcleos populacionais de diferentes tamanhos. O nível 2 do DEGURBA oferece uma desagregação mais detalhada para as categorias semiurbana e rural, enquanto a categoria cidade permanece sem subdivisões. No caso das áreas semiurbanas, são identificadas três subcategorias: o centro da cidade pequena, que corresponde ao núcleo principal das localidades de médio porte; o subúrbio denso, que agrupa áreas residenciais compactas adjacentes a esse centro; e o subúrbio ou área periurbana, que inclui áreas de menor densidade localizadas na periferia. As áreas rurais, por sua vez, são divididas em aldeias, que correspondem a pequenos núcleos populacionais; áreas rurais dispersas, caracterizadas por baixa densidade e ausência de núcleos definidos; e áreas principalmente desabitadas, com densidade extremamente baixa ou nula.

O gráfico 1 mostra a porcentagem da população rural em relação à população total, de acordo com as definições nacionais (eixo horizontal) e de acordo com o critério DEGURBA (eixo vertical). Com algumas exceções (Dominica, Paraguai e Uruguai), a classificação DEGURBA estima uma população rural ligeiramente menor do que a classificação nacional de cada país. As diferenças são especialmente acentuadas nos países insulares do Caribe. Pode haver várias razões para dessa discrepância: poucos países da ALC adotam a população ou a densidade populacional como critério único para definir a ruralidade (capítulo 1). O método DEGURBA reclassifica como semiurbanas ou urbanas algumas áreas que uma definição nacional poderia considerar rurais (por exemplo, aglomerações densamente povoadas dentro de um município predominantemente rural). O método DEGURBA é atualizado a cada cinco anos, enquanto as definições nacionais são atualizadas com menos frequência.

Gráfico 1
Porcentagem da população rural na América Latina e no Caribe de acordo com a definição nacional e a metodologia, 2025



Fonte: Elaboração própria com base em dados de UNDESA (2019) e Schiavina et al. (2023).

Grau de ruralidade dos territórios subnacionais

Os mapas da figura 6.1 ilustram a magnitude das mudanças territoriais em termos de grau de ruralidade ocorridas na ALC durante os últimos cinquenta anos. De um total de 12.713 municípios⁴ em 23 países da região, aproximadamente 65,68% foram classificados em 1975 como rurais (aldeias, áreas rurais dispersas e áreas principalmente desabitadas) de acordo com a classificação DEGURBA (quadro 6.2). Em 2025, essa proporção havia diminuído para 51,62%, refletindo uma profunda transformação na estrutura territorial. O quadro 6.2 descreve em

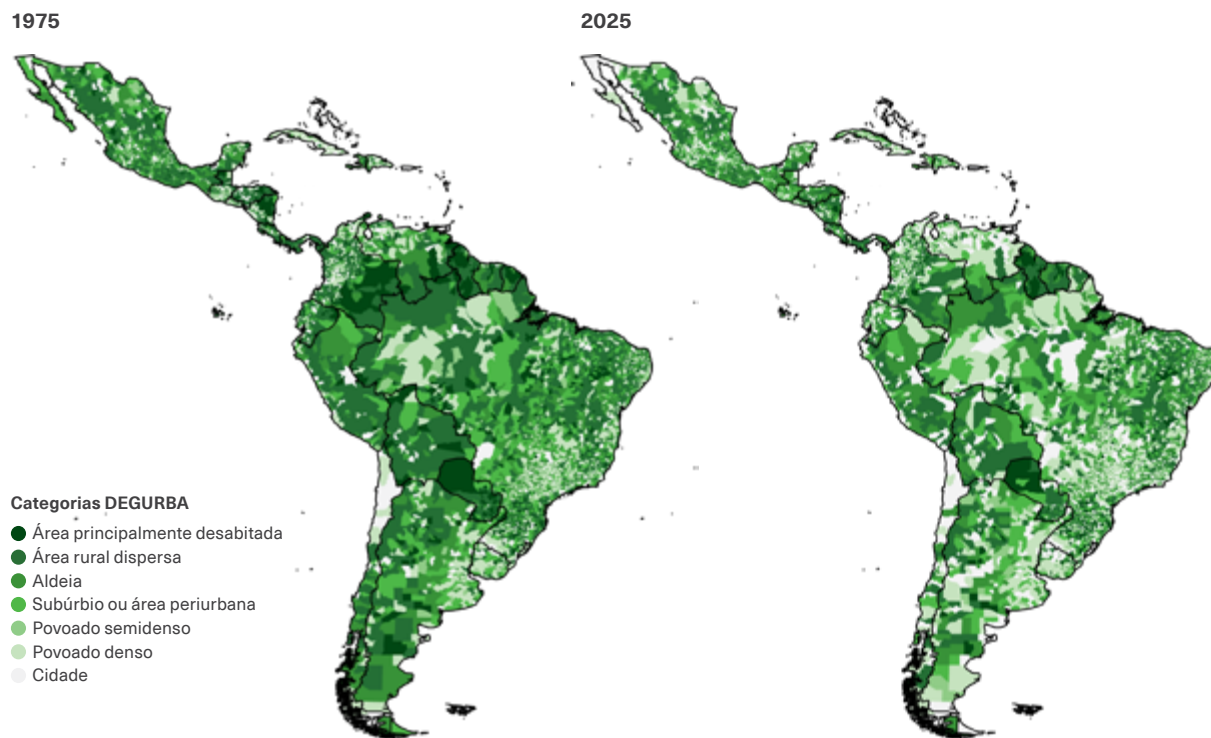
detalhes as transições dos municípios rurais para outras categorias no período 1975-2025.



Aproximadamente dois em cada três municípios da ALC foram classificados como rurais em 1975, enquanto em 2025 a proporção foi de um em cada dois

Figura 6.1

Grau de urbanização dos municípios da América Latina e do Caribe, 1975 e 2025



Nota: As unidades administrativas subnacionais são classificadas de acordo com seu grau de urbanização utilizando o critério DEGURBA (nível 2). Segundo essa classificação, as unidades identificadas como aldeias, áreas rurais dispersas ou áreas principalmente desabitadas são consideradas rurais. Aquelas categorizadas como subúrbios ou áreas periurbanas, povoados semidensos ou povoados densos são municípios semiurbanos, enquanto as unidades identificadas como cidades correspondem a municípios urbanos. Consultar os quadros 6.1 e 6.2 para uma descrição detalhada da metodologia DEGURBA.

Fonte: Elaboração própria com base em Schiavina et al. (2023).

⁴ Ao longo do capítulo, essas unidades subnacionais são referidas indistintamente como municípios ou localidades.

Quadro 6.2

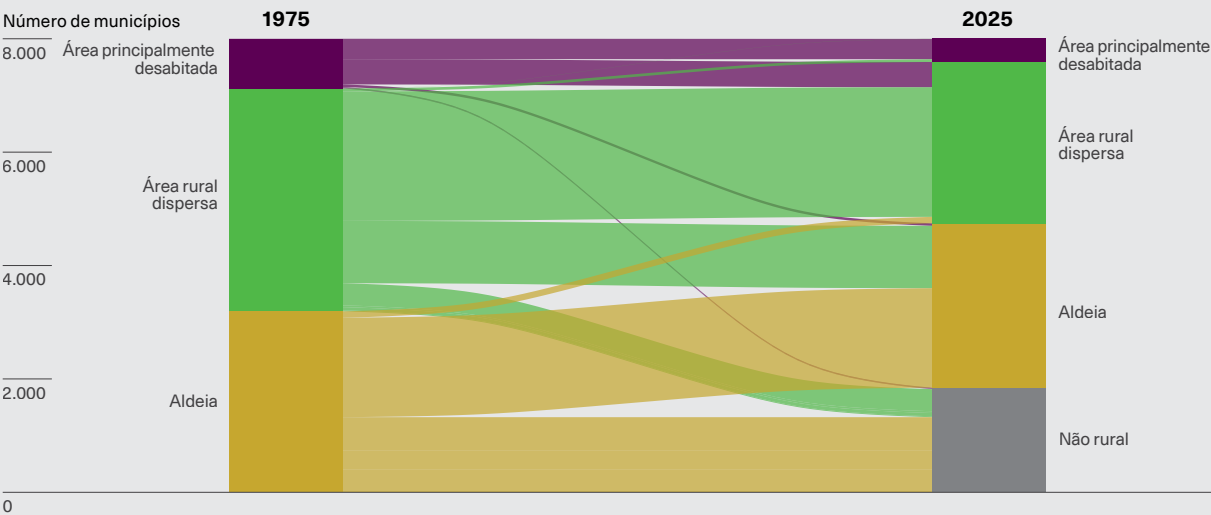
Abordagem DEGURBA aplicada às unidades administrativas subnacionais

A partir da classificação DEGURBA, de células de 1 km² descrita no quadro 6.1, é possível determinar o grau de urbanização de unidades administrativas subnacionais mais amplas (como municípios ou distritos) em função da proporção da população residente em cada tipo de célula. Por exemplo, uma unidade subnacional é classificada como rural se mais de 50% de sua população reside em células rurais (ou seja, células de baixa densidade), de acordo com a tipologia do nível 1 do DEGURBA. Da mesma forma, é considerada principalmente urbana se mais de 50% de sua população reside em células urbanas (agrupamentos densos que formam centros urbanos) e é classificada como semiurbana nos demais casos. A tipologia do nível 2 do DEGURBA é aplicada seguindo critérios semelhantes.

O gráfico 1 mostra a distribuição dos municípios rurais em 1975 de acordo com o nível 2 da classificação DEGURBA, bem como as transições que ocorreram entre 1975 e 2025. Aproximadamente 8.000 municípios eram rurais em 1975, dos quais 23% eram classificados como aldeias, 32% como áreas rurais dispersas e 7% como áreas rurais desabitadas. Parte dessas áreas passou para categorias com maior grau de urbanização. Em particular, aproximadamente um quarto deixou de ser classificado como rural em 2025.

Para este relatório, a classificação DEGURBA aplicada às unidades administrativas subnacionais é combinada com dados censitários (obtidos do Redatam, IPUMS, MIALC^a) e com a base de dados de Governos Locais e Regionais do CAF (2025a), entre outras. Isso permite obter caracterizações demográficas, migratórias, de acesso a serviços públicos e finanças públicas subnacionais de acordo com o grau de ruralidade dos territórios.

Gráfico 1
Distribuição e transição das unidades administrativas subnacionais rurais da América Latina e do Caribe, 1975-2025



Nota: Os países incluídos são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Guiana Francesa, Honduras, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Paraguai, República Dominicana, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Fonte: Elaboração própria com base em Schiavina et al. (2023).

a. O Redatam é um sistema computacional desenvolvido pela CEPAL e utilizado pelos países da ALC para processar seus dados censitários; o MIALC é a base de dados de Migração Interna na América Latina e no Caribe; e o IPUMS (Série Integrada de Microdados de Uso Público) é um sistema desenvolvido nos Estados Unidos que integra microdados de censos e pesquisas de todo o mundo.

As transformações no grau de ruralidade das unidades subnacionais descritas destacam a necessidade de reavaliar a natureza dos territórios e assentamentos que permanecem rurais. É provável que, com o tempo, esses espaços tenham desenvolvido características distintas que os separam daqueles que se urbanizaram. Isso inclui maior isolamento, menor densidade populacional ou defasagens mais acentuadas em infraestrutura e oportunidades econômicas.

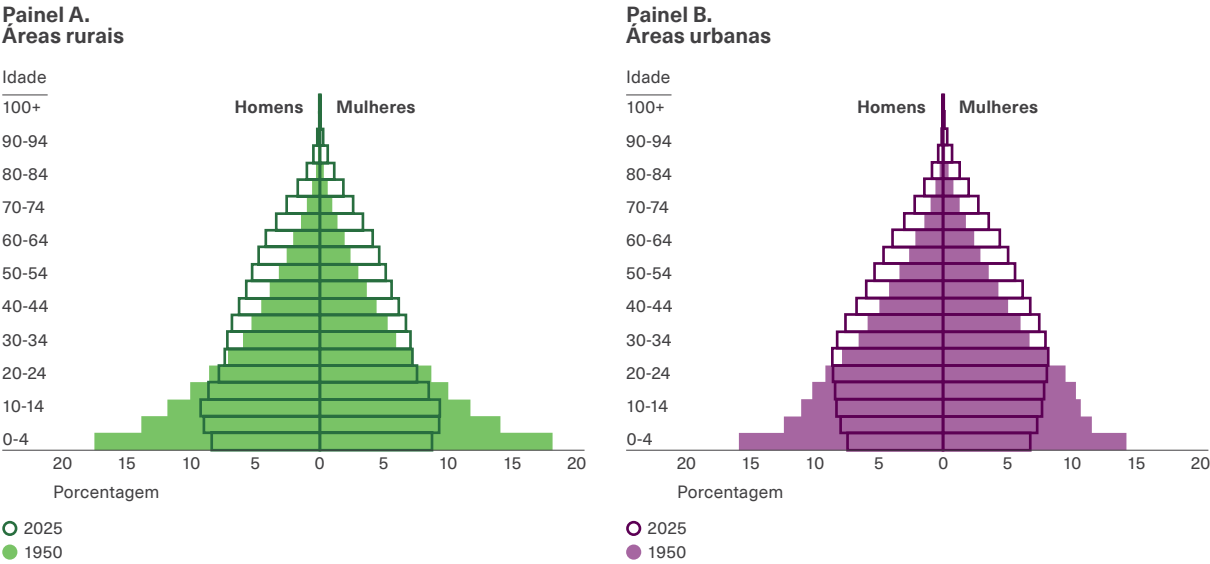
Se isso for verdade, a população atual no mundo rural não é inteiramente comparável à de décadas anteriores, especialmente se os territórios que se urbanizaram partiram de melhores condições iniciais de desenvolvimento do que os espaços que hoje continuam rurais. Considerar essa possível persistência seletiva da ruralidade é importante na interpretação dos indicadores de bem-estar analisados neste capítulo do RED e nos dois seguintes.

A transição demográfica nas áreas rurais

A ALC está passando por um processo contínuo de mudança demográfica, resultado da combinação da queda das taxas de fecundidade e do aumento da expectativa de vida. Essa transformação demográfica ocorreu de forma muito mais acelerada na região do

que em muitos países desenvolvidos, gerando em poucas décadas mudanças profundas na estrutura etária da população e nas relações de dependência entre gerações (Álvarez et al., 2020).

Gráfico 6.2
Distribuição da população por idade e sexo. Média para a América Latina e o Caribe, 1950 e 2025



Nota: Média simples calculada com dados de 20 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela).
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Celade-Divisão de População da CEPAL e DPNU (2024).

Essas mudanças se manifestam tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. O gráfico 6.2 compara a estrutura populacional por idade e sexo em 1950 e as projeções para 2025 (Celade-Divisão de População da CEPAL e DPNU, 2024), com base nas definições nacionais de ruralidade e urbanidade⁵. Em 1950, ambas as pirâmides apresentavam uma base

ampla, refletindo altas taxas de natalidade, e um estreitamento progressivo nas faixas etárias mais avançadas, associado a menores níveis de longevidade. Em contraste, as pirâmides atuais apresentam uma base mais estreita e uma maior proporção da população em idade adulta.

Fecundidade

A redução do número de nascimentos é o principal fator por trás do crescimento demográfico escasso ou nulo das sociedades mais desenvolvidas e uma das principais causas do envelhecimento populacional (Cabella e Nathan, 2018). Na ALC, as taxas de fecundidade global diminuíram de forma constante ao longo das últimas décadas. Em média, a região tem 1,8 filhos por mulher, abaixo do nível de reposição, estimado em 2,1 filhos (CEPAL, 2024).

Historicamente, as taxas de fecundidade têm sido mais altas nas áreas rurais do que nas urbanas⁶. O gráfico 6.3 apresenta a evolução do número de nascidos vivos entre mulheres de 45 a 49 anos de idade em áreas rurais e urbanas, de acordo com critérios nacionais, calculados a partir de dados censitários entre as décadas de 1970 e 2020.

Nos países com dados censitários disponíveis para as décadas de 1970 ou 1980, o número médio de filhos das mulheres rurais variava entre 6 e 8, exceto na Argentina e no Uruguai, com aproximadamente 4 e 3, respectivamente. Nos países com censos nas décadas de 2010 e 2020, esse mesmo indicador variou entre 3 e 5, com exceção do Uruguai (2 filhos). Em geral, o número médio de filhos por mulher diminuiu em todos os países durante o período, tanto nas áreas rurais (painel A do gráfico 6.3) quanto nas urbanas (painel B do mesmo gráfico). No final do século passado, vários países experimentaram uma redução mais acelerada do número de filhos nas áreas urbanas, ampliando a diferença com as

áreas rurais (por exemplo, na Bolívia, Colômbia, Guatemala, Honduras, México e Paraguai). Desde a década de 2000, a queda nas áreas rurais tem sido mais pronunciada, reduzindo essa lacuna de forma constante⁷.



Historicamente, as taxas de fecundidade têm sido mais altas nas áreas rurais do que nas urbanas, embora nas últimas décadas essa lacuna tenha diminuído

A literatura econômica e demográfica identifica fatores centrais por trás da queda da fecundidade. Entre eles estão a expansão da educação feminina, o aumento do custo de oportunidade do tempo das mulheres, as mudanças nas normas de gênero e a maior participação feminina no mercado de trabalho (Doepke et al., 2023), bem como a maior disponibilidade de anticoncepcionais e a redução da mortalidade infantil. Esses determinantes operam em áreas urbanas e rurais, embora com nuances importantes: a transição é mais lenta no meio rural porque essas mudanças demoram mais a ocorrer (Lerch, 2019).

5 Ao longo do capítulo, os indicadores apresentados para a ALC correspondem à média simples entre os países. A decisão de utilizar médias simples, em vez de ponderações pela população, visa evitar que os resultados reflitam desproporcionalmente a situação dos países com maior população.

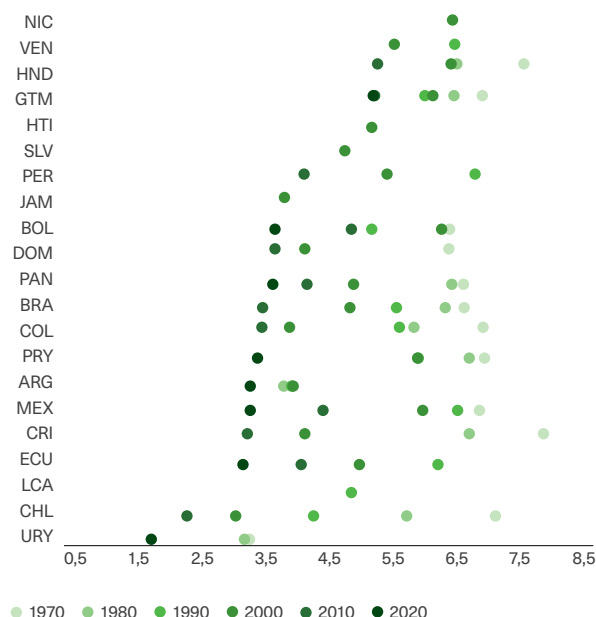
6 As taxas de fecundidade nos países da região, calculadas com base nas pesquisas demográficas e de saúde (DHS, na sigla em inglês) e nas pesquisas de indicadores múltiplos por conglomerados (MICS, na sigla em inglês), demonstram esse padrão (CEDLAS, 2025).

7 O gráfico A.6.1 do apêndice, disponível na edição on-line do RED, mostra a evolução das disparidades.

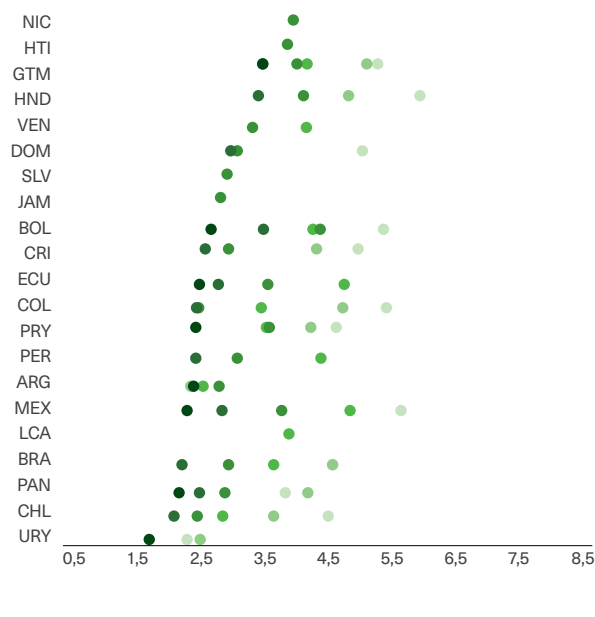
Gráfico 6.3

Número de nascidos vivos por mulher entre 45 e 49 anos em países da América Latina e do Caribe, décadas 1970-2020

Painel A.
Mulheres rurais



Painel B.
Mulheres urbanas



Nota: São abrangidos 21 países cujos censos fornecem informações sobre o número de nascidos vivos por mulher.

Fonte: Elaboração própria com base em Barnes e de la Mata (2025) a partir de dados censitários.

Um fenômeno demográfico de particular relevância para a região é a maternidade precoce. A gravidez na adolescência constitui um dos desafios mais persistentes na região, que registra algumas das taxas mais altas do mundo. Bancalari et al. (2025) documentam as grandes desigualdades socioeconômicas e territoriais do fenômeno, destacando diferenças marcantes entre as áreas rurais e urbanas, com taxas significativamente mais altas nas primeiras.

O gráfico 6.4 mostra a evolução da porcentagem de mulheres de 15 a 19 anos com filhos em áreas rurais

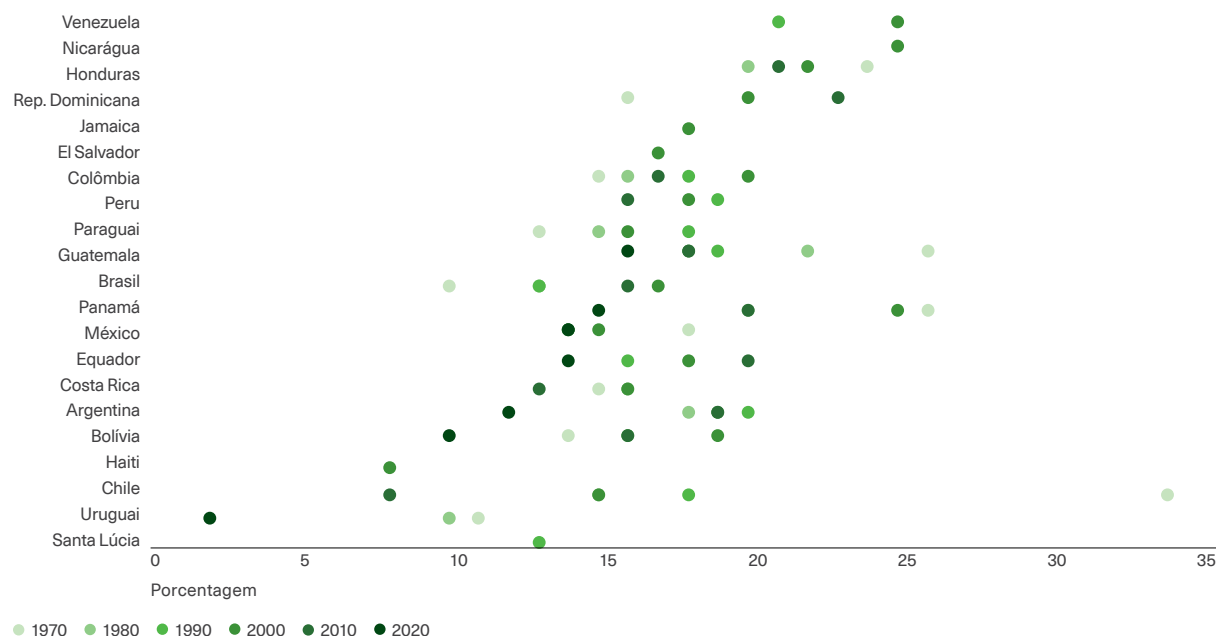
dos países da ALC⁸ entre 1970 e 2020. Observam-se quedas significativas: nas décadas de 1970 e 1980, entre 10% e 34% das mulheres rurais de 15 a 19 anos já eram mães; nas décadas de 2010 e 2020, esses números ficaram entre 8% e 23%, com exceção do Uruguai (2%). Embora esses avanços sejam encorajadores e, em parte, estejam associados às quedas globais na fecundidade, a gravidez na adolescência continua com maior incidência nas áreas rurais do que nas urbanas, e as reduções registradas, especialmente na última década, são menos acentuadas nas primeiras do que nas segundas⁹.

⁸ A porcentagem de mulheres de 15 a 19 anos que são mães no momento do censo constitui um indicador alternativo e complementar ao ODS 3.7.2, que mede a taxa de fecundidade adolescente. Embora ambos os indicadores se refiram ao mesmo fenômeno (maternidade precoce), o indicador do censo tem a vantagem de ser estrutural (mede a prevalência acumulada em uma coorte) e comparável ao longo do tempo e entre territórios, mesmo em contextos onde os registros vitais são incompletos ou heterogêneos.

⁹ O gráfico A.6.2 do apêndice deste capítulo, disponível na edição on-line do RED, mostra essas taxas para mulheres de áreas urbanas e as disparidades entre áreas rurais e urbanas.

Gráfico 6.4

Porcentagem de mulheres rurais de 15 a 19 anos com filhos em países da América Latina e do Caribe, décadas 1970-2020



Nota: A amostra compreende 21 países que possuem dados censitários sobre o número de nascidos vivos por mulher.

Fonte: Elaboração própria com base em Barnes e de la Mata (2025) a partir de dados censitários.

Envelhecimento e dependência na população rural

O estreitamento da base da pirâmide e a expansão das faixas etárias mais avançadas refletem o avanço do envelhecimento populacional, fenômeno que também se manifesta com força nas áreas rurais. O painel A do gráfico 6.5 mostra a evolução da composição etária da população rural em quatro grandes faixas etárias entre 1970 e 2020. O envelhecimento, medido pela proporção de pessoas com 65 anos ou mais, avança nas áreas rurais e, assim como nas áreas urbanas, atinge atualmente cerca de 10% da população¹⁰.

O aumento do peso relativo dos idosos, juntamente com a redução do número de crianças e adolescentes, está alterando as taxas de dependência e o equilíbrio entre a população ativa e dependente. O painel B do gráfico 6.5 mostra o aumento contínuo da taxa de dependência de idosos, particularmente em áreas rurais: na década de 2020, para cada 100 pessoas em idade economicamente ativa (15-64 anos), havia 15 pessoas com 65 anos ou mais na área rural, uma proporção ligeiramente superior à urbana. Tendências semelhantes são observadas no continuum rural-urbano, como ilustra o quadro 6.3: a população dos municípios rurais não é apenas

10 As mudanças na distribuição da população urbana podem ser vistas no gráfico A.6.3 do apêndice, disponível na edição on-line do RED.

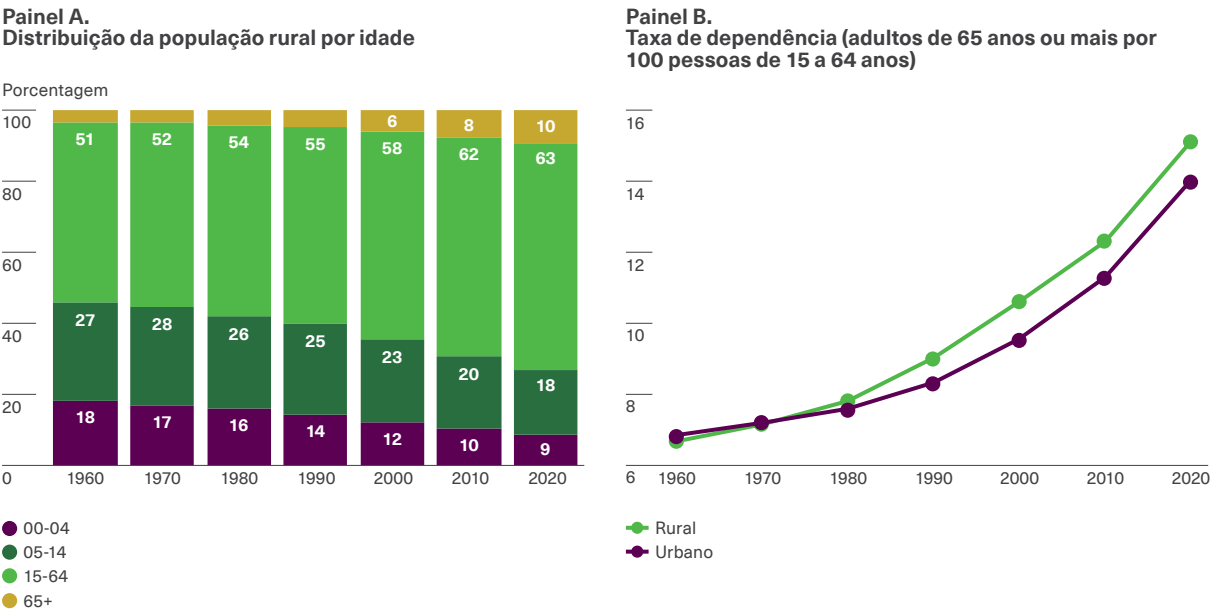
ligeiramente mais velha, mas também envelhece a um ritmo mais rápido e apresenta taxas de dependência mais elevadas do que as dos municípios semiurbanos e urbanos.

Embora o envelhecimento e o aumento das taxas de dependência de adultos sejam generalizados em toda a região, seu impacto pode ser mais profundo no meio rural. Isso se deve ao fato de que apresenta desafios específicos para a prestação de serviços de saúde, em função da necessidade de cuidados e estratégias

nesse sentido, bem como para a sustentabilidade econômica das famílias, o que é descrito com mais detalhes nos capítulos 7 e 8.

O fenômeno do envelhecimento populacional manifesta-se com força tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas

Gráfico 6.5
Distribuição da população rural por faixas etárias e taxas de dependência de adultos em áreas rurais e urbanas. Média da América Latina e do Caribe, décadas 1960-2020



Nota: Média simples calculada com dados de 20 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela). Os valores das projeções correspondem ao ponto médio de cada década. Os totais podem não somar 100% devido ao arredondamento.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Celade-Divisão de População da CEPAL e DPNU (2024).

Quadro 6.3

Transição demográfica no continuum rural-urbano

Barnes e de la Mata (2025) caracterizam a transição demográfica no continuum rural-urbano por meio da integração de dados censitários e da classificação DEGURBA de nível 1 aplicada às unidades administrativas subnacionais.

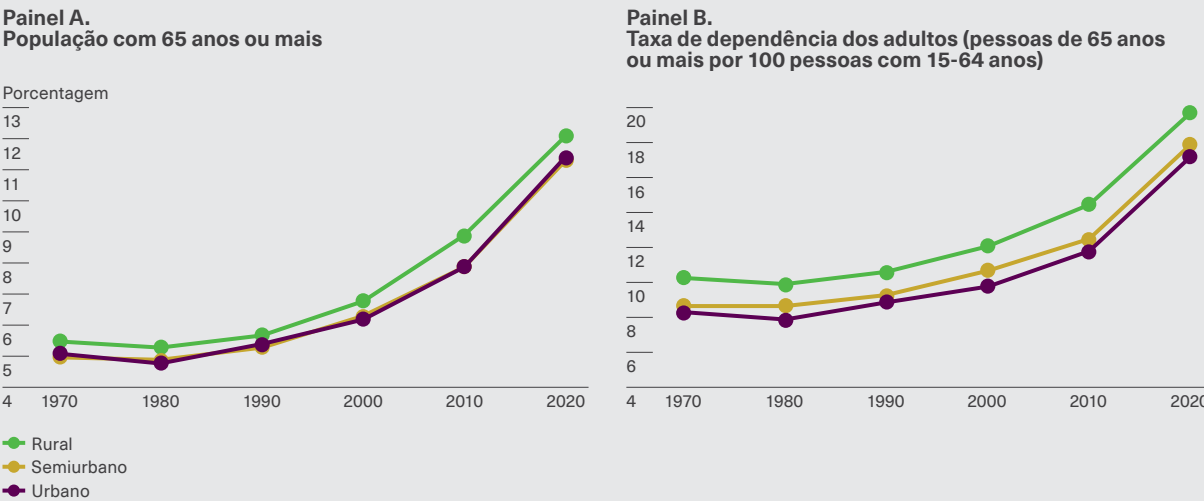
A análise abrange indicadores de envelhecimento, fecundidade e dependência para municípios com diferentes graus de urbanização entre 1970 e 2020, com base em 67 censos de 18 países da América Latina e do Caribe.

O painel A do gráfico 1 mostra que o envelhecimento populacional, medido pela proporção de pessoas de 65 anos ou mais, apresenta-se com intensidade semelhante em municípios rurais, intermediários e urbanos, sendo ainda mais elevado nos primeiros. De modo concordante, o painel B evidencia uma hierarquia consistente entre âmbitos geográficos, onde as áreas rurais apresentam sistematicamente as maiores taxas de dependência, seguidas pelas áreas semiurbanas e, por fim, pelas áreas urbanas.

A análise comparativa entre países revela vários padrões: (1) o envelhecimento populacional é um fenômeno generalizado no continuum rural-urbano, duplicando-se em média a participação dos idosos (65 anos ou mais) entre as décadas de 1970-1980 e 2010; (2) já nas décadas de 1970 e 1980, os municípios rurais e semiurbanos apresentavam populações mais envelhecidas do que os urbanos, com exceção da Costa Rica; (3) para a média dos países, o aumento do envelhecimento foi maior nos municípios rurais, embora com heterogeneidade entre eles; (4) a participação da população com 85 anos ou mais cresceu com maior intensidade nos municípios urbanos.

A análise da fecundidade revela que, embora os municípios rurais apresentem níveis mais elevados de fecundidade, a disparidade em relação aos municípios semiurbanos e urbanos diminuiu significativamente e há uma clara convergência entre as áreas.

Gráfico 1
Envelhecimento e dependência por grau de urbanização dos municípios. Média da América Latina e do Caribe, 1970-2020



Nota: Médias simples calculadas com os censos disponíveis, em cada década, dos 18 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela). Nos casos em que foi possível, o valor para cada década faltante foi estimado aplicando as tendências específicas dentro de cada grau de urbanização.

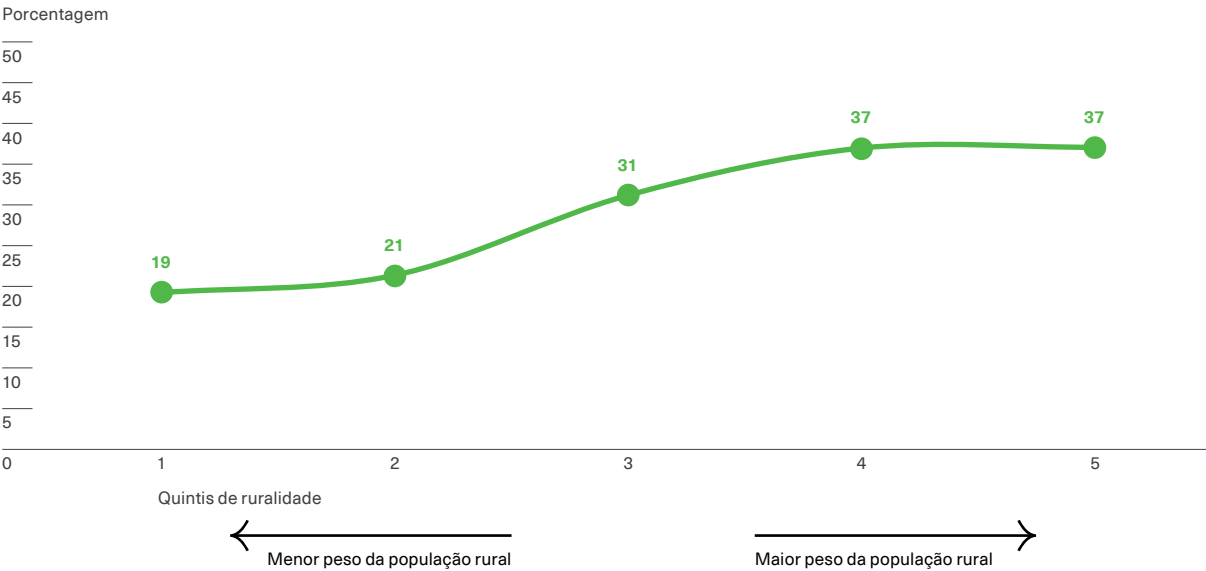
Fonte: Elaboração própria com base em Barnes e de la Mata (2025) a partir de dados censitários.

População indígena e ruralidade

A população indígena está claramente sobrerrepresentada nas áreas rurais da ALC, de acordo com as definições nacionais de ruralidade, um padrão que não é observado de forma sistemática na população afrodescendente (Albina et al., 2024). A partir de dados censitários, Albina et al. (2024) mostram que a presença indígena na população rural mais que duplica a média nacional em vários países: na Colômbia, chega a 10% frente a 3% nacional; na Costa Rica, 5% frente a 2%; no Equador, 15% frente a 7%; e no Panamá, 27% frente a 12%. Em países com forte presença indígena na população total, essa sobrerrepresentação rural também se mantém. Assim, a população indígena chega a 80% nas áreas rurais da Bolívia (frente a 47% nacional), 20% no Chile (23% nacional), 52% na Guatemala (41% nacional) e 38% no México (22% nacional).

Uma análise em nível municipal mostra que, à medida que aumenta a ruralidade, também aumenta a proporção da população indígena. O gráfico 6.6 mostra a proporção que representa a população indígena nos municípios de 14 países da ALC que coletam informações étnico-raciais por meio de seus censos. Os municípios são ordenados em quintis, do menor ao maior, de acordo com a proporção da população rural em relação à população total da unidade subnacional. No primeiro quintil (20% das unidades subnacionais com a menor proporção da população rural), a participação da população indígena chega a 20%. No último quintil (20% das unidades subnacionais com a maior proporção da população rural), essa participação sobe para 40%.

Gráfico 6.6
Porcentagem da população indígena em relação à população total municipal.
Média da América Latina e do Caribe por grau de ruralidade municipal



Nota: Os quintis são construídos ordenando os municípios do menor para o maior percentual de população rural. A população rural do município corresponde à definida pela tipologia de nível 1 da classificação DEGURBA (quadros 6.1 e 6.2). O eixo vertical apresenta, para cada quintil, a média simples da participação da população indígena nos municípios que o compõem. No total, são consideradas 7.580 unidades administrativas subnacionais correspondentes a 14 países (Belize, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela) e os dados correspondem ao último censo de cada país.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CAF (2025a) e Schiavina et al. (2023).



Família em uma moradia rural em Samaipata, Bolívia.

Estrutura das famílias

A composição das famílias na ALC passou por profundas mudanças nas últimas décadas. Essas mudanças refletem a evolução demográfica e alterações nos padrões econômicos, associados a transformações na estrutura produtiva, e nos padrões culturais, por exemplo, nas normas que regem os papéis de gênero (Becca et al., 2025; Esteve et al., 2025; Trias-Prats e Esteve, 2025).

Essas mudanças tiveram um impacto diferenciado nos ambientes rurais e urbanos, com algumas tendências convergentes e outras onde persistem diferenças marcantes. Compreender a estrutura das famílias rurais, incluindo o número de membros, a presença de crianças e idosos, a chefia feminina e a estrutura familiar, é importante para analisar as condições de vida no mundo rural. Esses aspectos influenciam diretamente a organização dos cuidados, as decisões educacionais e de trabalho dos membros da família, as fontes de renda e a necessidade de serviços sociais, entre outros.

O gráfico 6.7 resume a evolução desses indicadores entre 2003 e 2023 para famílias rurais e urbanas de 14 países da região incluídos na base CEDLAS (2025)¹¹. Em primeiro lugar, o tamanho médio das famílias diminuiu de forma constante (painel A): passou de 4 para 3 membros, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, refletindo a queda da fecundidade.

Uma das mudanças mais significativas na região foi o aumento das famílias chefiadas por mulheres (painel B), ou seja, aquelas em que a mulher é identificada como a principal responsável pela família¹². Esse fenômeno reflete transformações nos modelos familiares e uma maior autonomia feminina, mas também a persistência das desigualdades de gênero na organização dos cuidados (Liu et al., 2017). Essa tendência foi observada tanto em áreas rurais quanto urbanas. Em 2023, 16% das famílias rurais tinham uma mulher como chefe da família, em comparação com 22% nas

áreas urbanas, o que representa um aumento constante nas últimas décadas.

No entanto, a chefia econômica, ou seja, aquela que considera o principal provedor de renda, continua sendo consideravelmente menor entre as mulheres (painel C). Embora tenha havido crescimento em relação aos níveis praticamente nulos observados no início da década de 2000, atualmente apenas 6% das famílias rurais e 8% das famílias urbanas têm uma mulher como principal provedora econômica. Essa disparidade evidencia as dificuldades que as mulheres enfrentam no acesso a empregos de qualidade e a persistente distribuição desigual das tarefas domésticas e de cuidados, aspectos que continuam limitando sua plena autonomia econômica, conforme documentado no capítulo 7 para o caso rural.

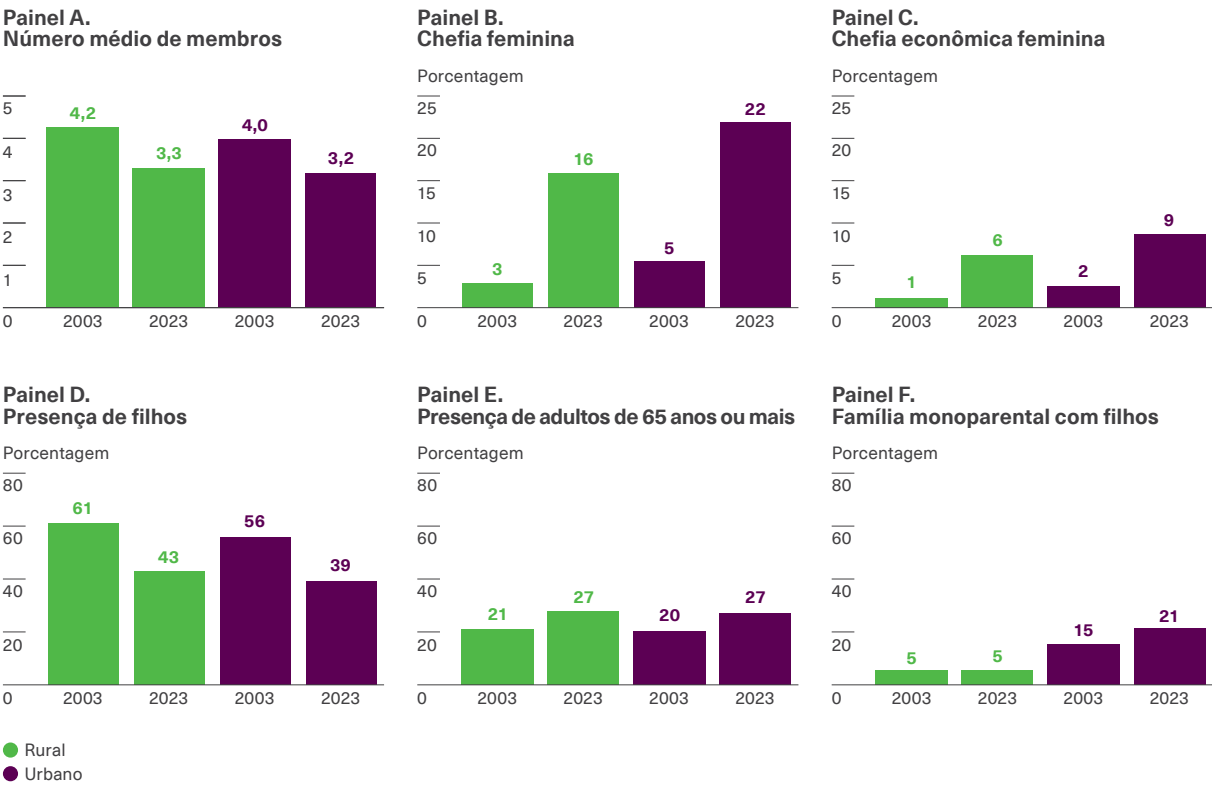
As famílias com filhos diminuíram significativamente (painel D), em linha com a queda da fecundidade: de 61% para 43% nas áreas rurais e de 56% para 39% nas áreas urbanas. Ao mesmo tempo, a presença de idosos nas famílias aumentou (painel E), passando de 21% para 27% no meio rural e de 20% para 27% no urbano. Essa mudança demográfica reflete o envelhecimento populacional analisado anteriormente, mas também o papel persistente das famílias como rede de apoio intergeracional, especialmente em contextos onde os sistemas formais de cuidados são limitados (Becca et al., 2025).

Outra mudança relevante na ALC é o aumento das famílias monoparentais, em sua maioria chefiados por mulheres (Gailán et al., 2023; Ullmann et al., 2014). No entanto, trata-se de um fenômeno marcadamente urbano, já que, nas áreas rurais, a proporção de famílias monoparentais permanece estável, em torno de 5% (painel F). Isso indica que, embora a configuração familiar esteja evoluindo em toda a região, as formas tradicionais continuam sendo mais frequentes no meio rural.

11 Essa base inclui dados da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

12 A chefia da família é autodeclarada. O aumento da chefia feminina pode refletir diversas situações, entre as quais se incluem alterações na composição das famílias, como o aumento das famílias chefiadas por mulheres devido à ausência de um parceiro ou mudanças na declaração de residência onde mora um casal.

Gráfico 6.7
Características das famílias em áreas urbanas e rurais. Média da América Latina e do Caribe, 2003-2023



Nota: Média simples calculada com 14 países (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai). Os painéis A, B, C, D e E são calculados com base no total de famílias cujo chefe tem mais de 15 anos. O painel F é calculado excluindo as famílias unipessoais.

Fonte: Elaboração própria com base no CEDLAS (2025).

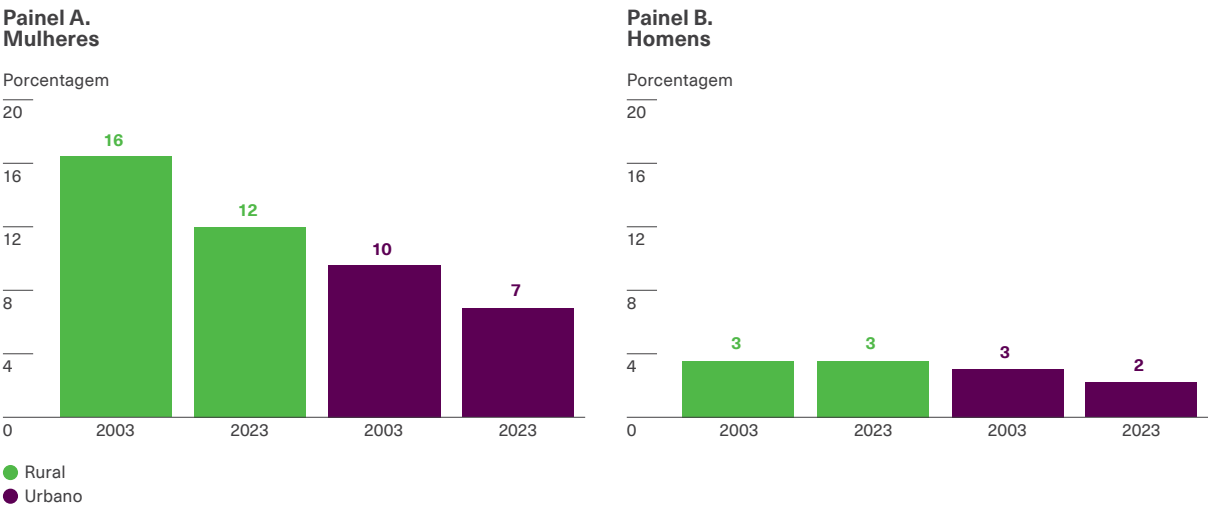
● ●

O casamento precoce continua sendo consideravelmente mais frequente nas áreas rurais do que nas urbanas, o que tem implicações importantes para a trajetória educacional e de trabalho das jovens rurais

Uma diferença persistente entre o mundo rural e urbano é a prevalência do casamento precoce. Em ambos os ambientes, as mulheres continuam tendo uma probabilidade maior do que os homens de se

casarem ou entrarem em união estável entre os 15 e os 19 anos (gráfico 6.8). Apesar dos avanços, o casamento precoce continua sendo consideravelmente mais frequente nas áreas rurais do que nas urbanas, o que tem implicações importantes para a trajetória educacional e de trabalho das jovens rurais (Bellés-Obrero e Lombardi, 2023; CEPAL, 2022), além de constituir uma violação dos direitos humanos quando ocorre antes dos 18 anos (Unicef, 2019).

Gráfico 6.8
Porcentagem de jovens de 15 a 19 anos casados ou em união estável em áreas rurais e urbanas.
Média da América Latina e do Caribe, 2003-2023



Migração

A migração é um componente fundamental da mudança demográfica, pois altera o tamanho, a estrutura e a localização da população rural. Assim como os componentes naturais do crescimento (natalidade e mortalidade), a migração responde a determinantes socioeconômicos e territoriais, e sua análise é essencial para a compreensão dos processos de despovoamento, transformação produtiva e reconfiguração territorial no âmbito rural.

A migração de áreas rurais resulta da interação entre fatores de expulsão e de atração. Entre os primeiros, destacam-se as mudanças tecnológicas no setor agropecuário e as lacunas de produtividade e salários entre o campo e a cidade, bem como o alto nível de emprego informal (Gollin et al., 2014; Harris e Todaro, 1970; Jedwab et al., 2017; Lewis, 1954). A isso se somam choques adversos no setor

agropecuário, restrições de liquidez, distorções nos mercados agrícolas, falta de cobertura de seguros (Britos et al., 2025; Bryan et al., 2014; Minalé, 2018; Munshi e Rosenzweig, 2016), violência e insegurança (Clemens, 2021), além de desastres naturais ou mudanças climáticas (quadro 6.4). Essas condições, juntamente com a falta de infraestrutura e de redes de proteção social (temas abordados nos capítulos 7 e 8 deste relatório), limitam as oportunidades no local de origem, enquanto o acesso a emprego, educação, serviços públicos e redes familiares no destino atua como principal fator de atração.

Quadro 6.4

Migração e mudanças climáticas

Ondas de calor extremo e outros eventos climáticos severos estão se tornando cada vez mais frequentes e intensos e essa tendência continuará nas próximas décadas (IPCC, 2021). Esses choques comprometem os rendimentos agrícolas e reduzem a renda rural, especialmente em áreas de sequeiro com ferramentas limitadas de gestão de riscos (Deschênes e Greenstone, 2007; Jessoe et al., 2018). Em contextos de seguros e crédito incompletos, as famílias ajustam os insumos, vendem ativos, reorganizam o trabalho familiar ou migram (Carter e Lybbert, 2012; Jayachandran, 2006; Rosenzweig e Wolpin, 1993). A migração induzida pelo clima pode assumir a forma de “migração por necessidade” (saídas para estabilizar o consumo após perdas) ou “migração por investimento” (mobilidade financiada após boas colheitas como aposta estratégica) (Ibáñez et al., s.d.; Kleemans, 2015) e geralmente é de curta distância, exceto quando já existem redes internacionais consolidadas (Findlay, 2011). Na ALC, o Banco Mundial projeta cerca de 17 milhões de migrantes climáticos internos até 2050, quase 3% da população (Rigaud et al., 2018).

Diversos estudos mostram efeitos causais evidentes no mundo rural e indicam que os choques climáticos aumentam tanto a emigração internacional quanto a migração interna. Furacões aumentaram a saída da América Central e do Caribe para os Estados Unidos (Spencer e Urquhart, 2018). Em El Salvador, o calor extremo reduziu a produtividade do milho, forçou ajustes no trabalho e nos insumos e, na ausência de irrigação ou seguros, impulsionou a migração internacional como mecanismo de estabilização (Ibáñez et al., s. d.). No México, episódios de calor anormal e secas severas aumentaram a emigração para os Estados Unidos (Nawrotzki et al., 2016). No plano interno, ondas de calor na América Central e no Caribe aumentaram a mobilidade, com efeitos relativamente maiores entre as mulheres jovens (Baez et al., 2017), e, na América do Sul, anomalias de temperatura foram associadas ao aumento da migração interna (Thiede et al., 2016). No Brasil, a intensificação das secas aumentou a migração rural-urbana (Busso e Chauvin, 2023). Em conjunto, com dados de censos ou pesquisas e métodos de painel ou de diferenças em diferenças, as evidências mostram que furacões, calor extremo e secas atuam como gatilhos para a mobilidade rural.

No entanto, os efeitos não são uniformes. No Equador, as condições ambientais adversas nem sempre aumentam a saída e, dependendo do contexto, podem até reduzi-la (Gray e Bilsborrow, 2013). Além disso, na ausência de redes ou liquidez, choques severos podem inibir a migração, resultando em situação de imobilidade forçada, que refletem elevados custos de saída e restrições de financiamento (Busso e Chauvin, 2023).

Em síntese, a migração induzida pelo clima revela falhas nos mecanismos de seguro e de crédito. A política pública deve agir em duas frentes: por um lado, reduzindo a vulnerabilidade no local de origem (por exemplo, por meio de seguros agrícolas e de renda, crédito contracíclico, infraestrutura hídrica e de irrigação, assistência técnica e sistemas de alerta) para que as famílias não migrem de forma forçada; e, por outro, facilitando a mobilidade quando a atividade agrícola no local de origem se torna inviável (Ibáñez et al., s.d.) (com melhor acesso ao crédito para financiar a realocação, redução dos custos das remessas, canais de transferência seguros e apoio à inserção no mercado de trabalho e à inserção habitacional), de modo que a migração funcione como um mecanismo de adaptação eficaz e seguro.

Ao classificar a migração, geralmente distinguem-se três categorias de acordo com a duração da permanência: curto prazo (entre três e doze meses), médio prazo (de um a cinco anos) e longo prazo (mais de cinco anos). A análise deste capítulo centra-se na

migração interna de médio prazo, mensurável a partir das perguntas do censo sobre o local de residência cinco anos antes do levantamento. Considera-se migrante toda pessoa que declara residir em um local diferente daquele em que residia há cinco anos; o

grau de ruralidade dos municípios de origem e destino é classificado de acordo com a tipologia DEGURBA vigente ou a mais próxima disponível (Martinez Villa e Rosá, 2025). Essa abordagem permite identificar os movimentos recentes a partir de municípios rurais, mas não contempla a migração sazonal ou de curta duração, nem os deslocamentos internacionais, cujas limitações são discutidas nos quadros 6.5 e 6.6.

É importante destacar que a migração ligada ao mundo rural pode ser analisada sob duas perspectivas: por um lado, os fluxos de saída de localidades rurais para outros ambientes (emigração rural) e, por outro, os fluxos de entrada em localidades rurais a partir de outras áreas (imigração rural). Este relatório centra-se na emigração rural, pois representa atualmente o fenómeno migratório mais relevante do ponto de vista quantitativo para a compreensão do impacto demográfico nestas áreas.

Quadro 6.5

Limitações na mensuração da migração

A mensuração da migração enfrenta restrições metodológicas e de dados que condicionam o tipo de análise possível e, conseqüentemente, as recomendações de políticas para abordar esse fenómeno no meio rural.

Na região, a principal fonte para identificar a migração recente são os censos, por meio da pergunta sobre o local de residência cinco anos antes. Essa abordagem oferece uma visão de médio prazo, mas sem acompanhamento individual, o que impede a reconstrução de trajetórias migratórias, retornos, duração das permanências ou a vinculação precisa das mudanças de residência a choques económicos, climáticos ou políticos. Os resultados refletem cortes transversais discretos, não processos dinâmicos.

O uso predominante de dados censitários também acarreta limitações de cobertura e qualidade em variáveis económicas importantes, como renda ou emprego, que geralmente são registradas de forma parcial ou pouco comparável entre os países. Em áreas rurais, a informalidade e o autoconsumo agravam essas limitações. Além disso, não é possível captar a mobilidade sazonal, circular ou de curta duração, nem documentar arranjos de multirresidência comuns em áreas rurais.

Diante dessas restrições, é fundamental avançar na criação de sistemas de coleta de dados longitudinais onde ainda não existem e retomar aqueles que foram descontinuados. Em particular, pesquisas domiciliares do tipo painel, que permitem acompanhar os mesmos indivíduos ou famílias ao longo do tempo, são essenciais para analisar trajetórias, retornos, impactos sobre o bem-estar e respostas a choques. A América Latina teve experiências valiosas nesse campo: a Pesquisa Nacional de Domicílios sobre Medição dos Níveis de Vida na Nicarágua e a pesquisa Vida Familiar Mexicana no México, cujas últimas rodadas foram realizadas há mais de uma década, juntamente com o estudo Young Lives no Peru, que é a única experiência ainda ativa, com uma sétima rodada em andamento (2023-2024). Esse desinvestimento contínuo em pesquisas de painel limita severamente a possibilidade de compreender fenómenos dinâmicos como a migração.

Complementarmente, o uso de fontes administrativas e registros setoriais, como cadastros escolares, programas sociais ou registros de saúde, pode ajudar a detectar mudanças de residência de maneira mais oportuna. No entanto, esses registros não possuem o componente de acompanhamento individual necessário para compreender a dinâmica migratória e não substituem a necessidade de dados longitudinais representativos.

Quadro 6.6

Migração rural sazonal e temporária na América Latina e no Caribe

A migração rural sazonal compreende deslocamentos temporários, geralmente alinhados com ciclos produtivos (plantio e colheita, obras de construção, trabalhos extrativos ou temporadas turísticas). Essa mobilidade, predominante entre jovens rurais de famílias de baixa renda, combina estratégias agrícolas de subsistência com empregos temporários remunerados (Soto Baquero e Klein, 2012).

Migração sazonal interna. Na agricultura, observam-se equipes temporárias em áreas cafeeiras, bananeiras e canavieiras do Cone Sul e dos Andes, bem como fluxos intrarregionais na Bolívia, Honduras e Peru (Reardon et al., 2004). Além do setor agropecuário, grandes obras de infraestrutura, como barragens ou rodovias, atraem trabalhadores por meses ou anos. Na mineração andina predominam programas de rotação, com trabalhadores se deslocando de áreas rurais ou cidades intermediárias (Clemenceau, 2023). Setores como aquicultura e processamento de pescado, por exemplo, na salmonicultura do sul do Chile, geram picos de emprego sazonal (Tapia Catalán e Marchant Santiago, 2025). Em destinos turísticos, a contratação temporária em hotelaria, gastronomia e serviços se intensifica durante a alta temporada (OIT, 2022). Esse conjunto de atividades mostra que a mobilidade sazonal rural não se limita ao setor agropecuário, mas se estende a diferentes setores com demandas pontuais de mão de obra.

Em termos de bem-estar, esses movimentos permitem complementar a renda e melhorar a segurança alimentar ao diversificar as fontes de trabalho, mas também envolvem separações familiares, aumentam a carga de cuidados na família no local de origem e podem causar escassez temporária de mão de obra local durante os picos de produção.

Migração sazonal internacional. Há também deslocamentos de curta duração para outros países, estruturados por meio de redes sociais, arranjos informais ou programas de mobilidade temporária. O México se destaca pela participação de trabalhadores agrícolas em campanhas de colheita nos Estados Unidos e no Canadá, enquanto El Salvador, Guatemala e Honduras registram fluxos sazonais para o sul do México. No Caribe, os movimentos incluem a migração para os Estados Unidos nas temporadas turísticas e de construção, bem como deslocamentos intrarregionais: a República Dominicana e as ilhas do Caribe Oriental recebem trabalhadores sazonais, principalmente da Jamaica e do Haiti, para cobrir picos de demanda (Busso et al., 2023).

Para as famílias rurais, essas mobilidades geram remessas que suavizam o consumo e facilitam investimentos em educação, saúde ou pequenos ativos produtivos. Estima-se que cerca de 40% das remessas regionais sejam destinadas a áreas rurais (Vasconcelos et al., 2017). No entanto, a sazonalidade pode acentuar a precariedade do trabalho nos destinos e aumentar a vulnerabilidade das famílias no local de origem diante da ausência temporária de membros adultos.

Em conjunto, a migração sazonal (interna e internacional) é uma estratégia de trabalho fundamental para as famílias rurais, articulada em torno de ciclos de produção e das oportunidades temporárias, mas também associada a custos familiares e riscos de trabalho que exigem políticas específicas de proteção.

O fenômeno da emigração rural hoje

A migração rural-urbana na ALC é um processo de longa data, historicamente associado à industrialização e à expansão dos serviços, com ritmos e intensidades heterogêneos entre os países. Naqueles que

se urbanizaram precocemente (Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai), o pico do êxodo campocidade foi observado principalmente na década de 1980 e se moderou na década de 1990. Em países de

urbanização mais tardia (Bolívia, Guatemala, Panamá e República Dominicana), o pico foi registrado na década de 1990 (Rodríguez Vignoli, 2004).

O gráfico 6.9 apresenta evidências recentes sobre a migração de origem rural em duas dimensões¹³. O painel A mostra a taxa de emigração de origem rural, entendida como a média anual de pessoas que deixaram municípios rurais nos últimos cinco anos, dividida pela população rural cinco anos antes¹⁴. Em contrapartida, o painel B apresenta a taxa de migração líquida, que reflete o saldo migratório líquido dos municípios rurais, ou seja, a diferença média anual entre o número de pessoas que imigraram e aquelas que emigraram nesses municípios nos últimos cinco anos, dividida pela população rural de um lustro antes, isto é, o saldo populacional líquido após os movimentos migratórios. Uma taxa de migração líquida negativa significa que mais pessoas deixaram o meio rural do que aquelas que chegaram a ele. Essa distinção é fundamental para compreender não apenas a magnitude do fenômeno migratório, mas também seu impacto demográfico líquido.

No painel A do gráfico 6.9, observa-se que países como Brasil, Chile, Colômbia e Peru registram os níveis mais elevados de emigração rural, com taxas que, em alguns casos, atingem ou ultrapassam 2% ao ano da população rural total. No extremo oposto, países como Cuba, El Salvador e México apresentam taxas de saída mais moderadas, em torno de 1% ao ano, provavelmente porque seus picos migratórios ocorreram há mais tempo e pela relevância da migração internacional, cuja magnitude não pode ser medida adequadamente com as informações censitárias disponíveis.

● ●
Desde a década de 2010, a emigração rural representa a saída anual de entre 1% e 2% da população rural

● ●
Em média, 50% das pessoas que migram de municípios rurais se deslocam para municípios urbanos, enquanto o restante se divide em partes aproximadamente iguais entre municípios semiurbanos e outros rurais

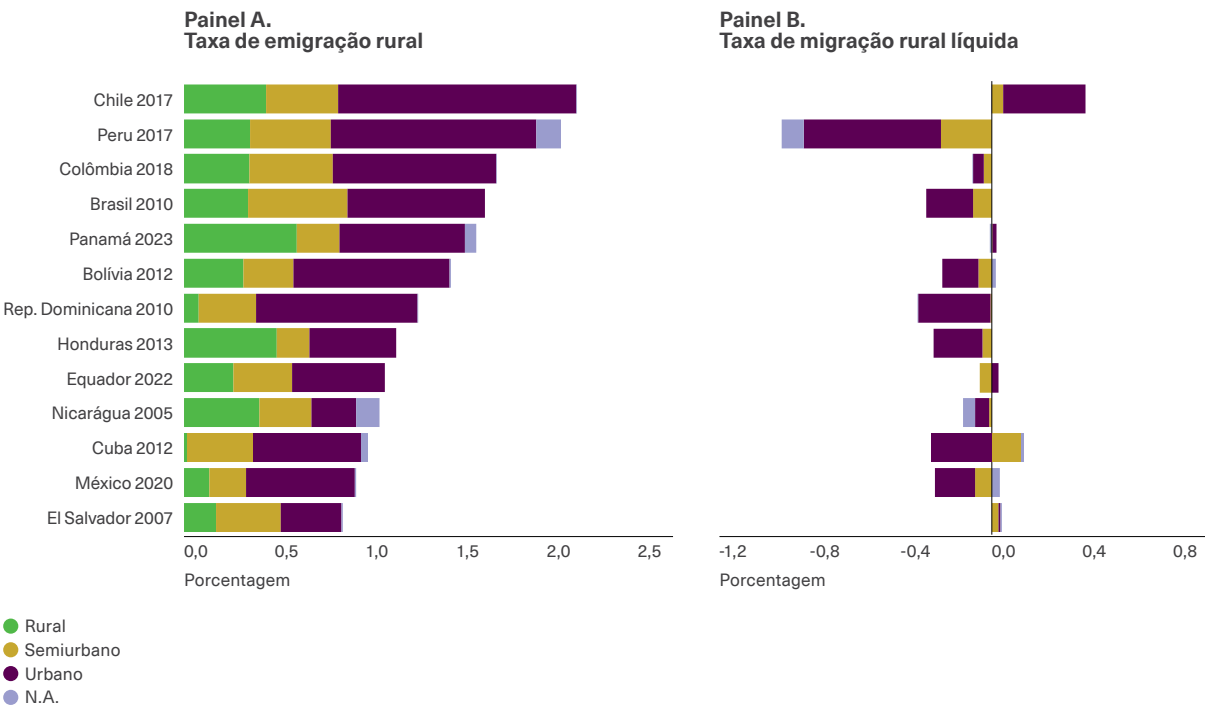
Por sua vez, o painel B do gráfico 6.9 mostra que os padrões de migração líquida diferem daqueles observados na emigração. Embora países como Chile, Colômbia, Equador e Panamá registrem níveis relativamente elevados de saída das áreas rurais, seu saldo migratório líquido é baixo ou até mesmo positivo, o que sugere que esses fluxos são parcialmente compensados por fluxos de entrada de outras áreas. No caso do Chile, por exemplo, a alta emigração rural é compensada por uma migração urbana-rural particularmente intensa, resultando em um saldo líquido positivo. Em contrapartida, o Peru apresenta uma das taxas mais altas de emigração e o saldo migratório líquido mais negativo da região, com uma perda anual de cerca de 1% de sua população rural, o que o posiciona como o país com o maior abandono de áreas rurais na América Latina e no Caribe.

Em relação aos destinos, em média, 50% das pessoas que migram de municípios rurais se deslocam para municípios urbanos, enquanto o restante se divide em partes aproximadamente iguais entre municípios semiurbanos e outros rurais (consultar gráfico A.6.4 do apêndice, disponível na edição on-line do RED). Essa estrutura média oculta heterogeneidades importantes: por exemplo, no Chile, Cuba, México e República Dominicana, mais de 60% dos emigrantes rurais vão para municípios urbanos, enquanto no Equador, Honduras e Panamá, os deslocamentos para outros municípios rurais representam entre um quarto e quase metade da emigração a partir do mundo rural, evidenciando trajetórias de curto alcance e estratégias de trabalho ligadas ao próprio âmbito rural.

13 Os dados apresentados nesta seção baseiam-se em cálculos próprios realizados a partir de fontes censitárias. No caso da Bolívia, Chile e México, foram processados microdados censitários disponíveis no IPUMS International (Ruggles et al., 2025). No caso do Equador, foram utilizados diretamente os resultados do censo nacional de população e habitação 2022 (INEC, 2024). Para o Brasil, Colômbia, Cuba, Honduras, Panamá, Peru e República Dominicana, a fonte de informação é o MIALC (Celade-Divisão de População da CEPAL, s.d.). A classificação do grau de urbanização dos municípios de origem e destino baseia-se na tipologia DEGURBA (quadros 6.1 e 6.2): para o local de origem, aplica-se a classificação vigente cinco anos antes do censo, enquanto para o destino, utiliza-se a classificação correspondente ao ano do censo.

14 A taxa de migração é expressa como uma média anual. Ela é calculada dividindo-se por cinco o número total de pessoas que migraram nos últimos cinco anos (de acordo com a pergunta do censo sobre o local de residência há cinco anos), assumindo que a migração se distribui de forma homogênea nesse período. Essa média anual é então dividida pela população total do grupo de referência (por exemplo, a população rural cinco anos antes), de modo a refletir o fluxo migratório relativo por ano.

Gráfico 6.9
Taxa de emigração e migração líquida, com origem em municípios rurais em países da América Latina e do Caribe



Nota: A classificação do grau de urbanização dos municípios de origem e destino baseia-se na tipologia DEGURBA. Para o cálculo das taxas, considera-se a população residente em municípios rurais cinco anos antes do censo, exceto no caso da Bolívia, Chile, Equador e México, onde se considerou a população residente em municípios rurais no momento do censo.

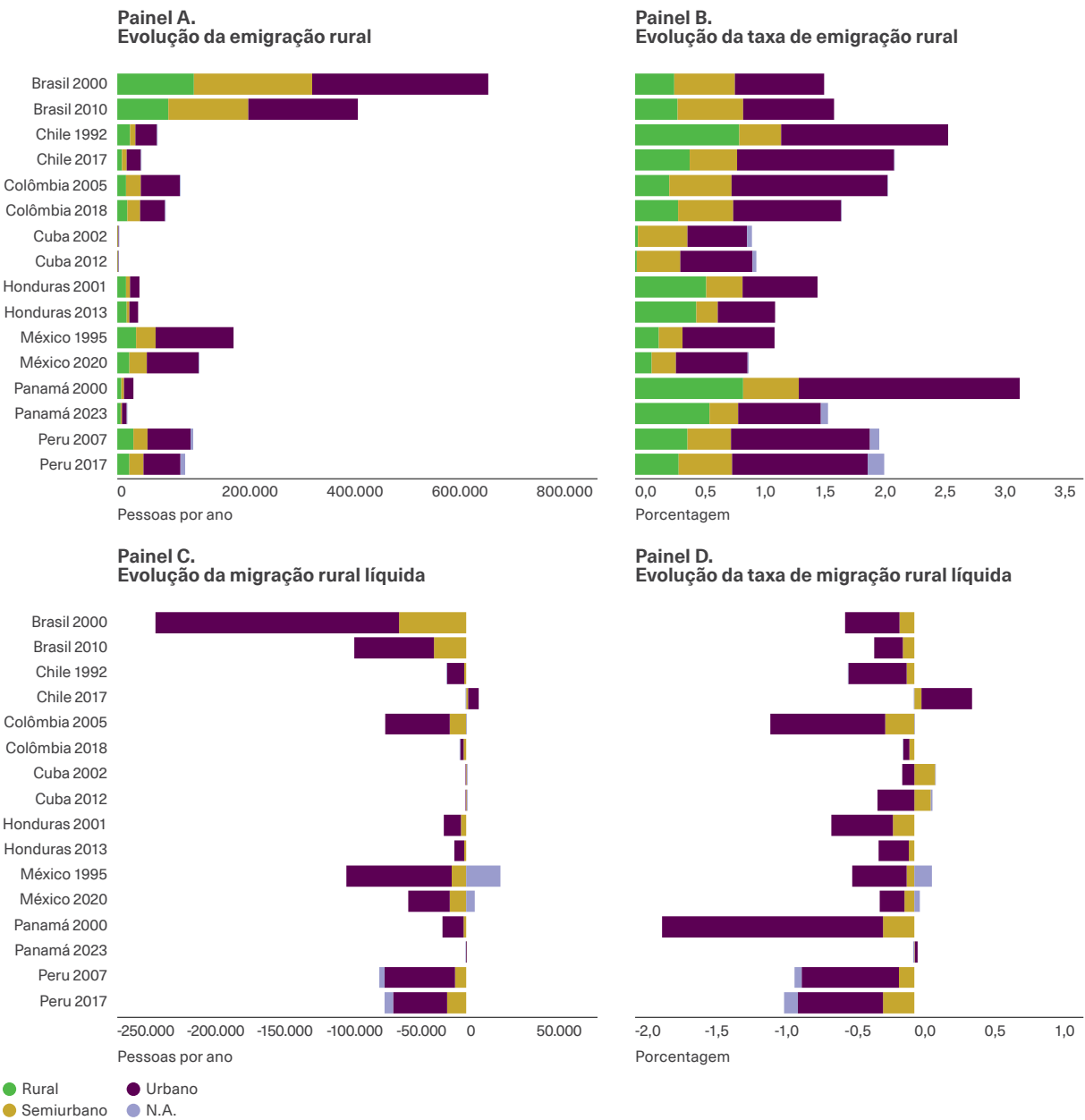
Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPUMS (Ruggles et al., 2025), INEC (2024), processamento de dados censitários do MIALC (Celade-Divisão de População da CEPAL, s.d.) e Schiavina et al (2023).

Evolução da emigração rural nas últimas décadas

Os painéis A e B do gráfico 6.10 mostram a evolução da emigração rural nas últimas décadas em diferentes países da ALC, permitindo identificar mudanças relevantes nos padrões de mobilidade interna. Em termos gerais, o fluxo migratório dos municípios rurais sofreu uma ligeira desaceleração nos últimos anos, em linha com o apontado pela literatura (Rodríguez Vignoli, 2017). Em valores absolutos, destaca-se a acentuada redução do número de emigrantes rurais no Brasil entre 2000 e 2010, o que pode refletir uma maior estabilização territorial

ou uma diminuição da população rural potencialmente migrante. De forma semelhante, Colômbia e México apresentam uma redução na magnitude da emigração rural entre os dois períodos observados, enquanto em Honduras, Panamá e Peru os números permanecem relativamente estáveis.

Gráfico 6.10
Evolução temporal da migração proveniente de municípios rurais por grau de urbanização do município de destino



Nota: A classificação do grau de urbanização dos municípios de origem e destino baseia-se na tipologia DEGURBA. Para o cálculo das taxas, considera-se a população residente em municípios rurais cinco anos antes do censo, exceto no caso da Bolívia, Chile, Equador e México, onde se considerou a população residente em municípios rurais no momento do censo.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPUMS (Ruggles et al., 2025), INEC (2024), processamento de dados censitários do MIALC (Celade-Divisão de População da CEPAL, s.d.) e Schiavina et al (2023).



Em termos gerais, o fluxo migratório de municípios rurais apresentou uma ligeira desaceleração nos últimos anos

Ao considerar a taxa de emigração rural, a evolução também sugere uma tendência de queda na maioria dos países. No Panamá, por exemplo, a taxa diminuiu consideravelmente entre 2000 e 2023, assim como no Peru entre 2007 e 2017 e em Honduras entre 2001 e 2013. Na Colômbia, a emigração rural como proporção da população caiu acentuadamente entre 2005 e 2018, o que pode ser explicado pelo fim do conflito armado colombiano. A persistência de porcentagens relativamente altas no Brasil indica que, apesar da redução em números absolutos, a migração rural continua sendo um fenômeno relevante em relação ao tamanho de sua população rural.

Os painéis C e D do gráfico 6.10 mostram a evolução da migração rural líquida para municípios urbanos e semiurbanos, tanto em termos absolutos quanto em proporção da população rural. Comparando com a

evolução da emigração, fica evidente que a queda da emigração do mundo rural é ainda mais acentuada quando se considera a migração líquida. Em países como o Brasil e a Colômbia, onde a emigração apresentou uma diminuição entre os dois pontos observados, os saldos líquidos caem de forma ainda mais acentuada, sugerindo que os fluxos de saída diminuíram de maneira mais do que proporcional ou que o retorno aumentou. Por exemplo, o Brasil passou de um saldo líquido negativo em 2000 para um saldo consideravelmente menor em 2010, apesar de ainda apresentar níveis importantes de emigração.

Da mesma forma, em termos relativos, confirma-se uma queda generalizada na migração líquida como porcentagem da população rural, mais acentuada do que nos indicadores de emigração. Isso sugere que, embora a mobilidade persista, os movimentos de ida e volta (ou entre áreas não urbanas) se intensificaram, o que pode estar refletindo transformações nos padrões de residência, ligações mais flexíveis entre o campo e a cidade ou limitações crescentes para se estabelecer permanentemente em áreas urbanas.

Imigração para o mundo rural

A imigração para o mundo rural tem adquirido crescente relevância em vários países da América Latina (Martínez Villa e Rosá, 2025). Como se observa nos painéis B e C do gráfico 6.10, embora a emigração de municípios rurais para municípios urbanos continue sendo a tendência dominante, em diferentes contextos nacionais registra-se um aumento sustentado dos movimentos no sentido inverso (de municípios urbanos ou semiurbanos para municípios rurais), com implicações significativas para a estrutura e o desenvolvimento desses territórios. No Chile, os dados do censo de 2017 mostram, pela primeira vez, que a imigração para o mundo rural supera a emigração dessas áreas, revertendo a tendência observada na década de 1990. As evidências sugerem que esses fluxos provêm principalmente da Região Metropolitana e se dirigem a municípios rurais do centro e do sul do país, em um padrão associado a processos de migração por amenidades, desenvolvimento

turístico e novas oportunidades imobiliárias (INE, 2020; Marchant e Rojas, 2015; Martínez Villa e Rosá, 2025).



A imigração rural não supera a emigração, mas atinge proporções significativas. Embora continue sendo um fenômeno minoritário em termos agregados, desempenha um papel crescente na reconfiguração demográfica dos territórios rurais

Em outros países da região, a imigração rural não supera a emigração, mas atinge proporções significativas: de acordo com os censos mais recentes, os imigrantes que chegam aos municípios rurais

representam cerca de 1% ao ano da população rural na Bolívia, Brasil, Colômbia, Panamá, Peru e República Dominicana (Martínez Villa e Rosá, 2025) e seu número tem crescido de forma constante onde há informações censitárias comparáveis¹⁵. Embora ainda seja um fenômeno minoritário em termos agregados, desempenha um papel crescente na reconfiguração demográfica dos territórios rurais, especialmente em contextos de contração de sua população total. Ainda

que uma análise detalhada desse fenômeno exceda o escopo deste relatório, diversos estudos constataam que os fluxos de entrada provêm de municípios urbanos ou semiurbanos e respondem a vários fatores, como acesso à terra, disponibilidade de emprego não agrícola ou a chamada “migração por amenidades”, ligada à busca de ambientes naturais ou culturais mais atraentes (Marchant e Rojas, 2015; Millán-Otero e Torrejón Cardona, 2023).

Quem migra e quem chega ao mundo rural?

Perfil etário e demográfico da migração rural na região

Ao analisar o padrão etário da emigração interna na ALC, observa-se que esse fenômeno é particularmente significativo entre os jovens de 14 a 29 anos, independentemente do grau de ruralidade do município de origem (Martínez Villa e Rosá, 2025). Além disso, essa emigração é particularmente intensa nos municípios rurais. Esse resultado, somado ao progressivo envelhecimento da população rural, reforça as evidências já discutidas sobre o aumento das taxas de dependência nessas áreas. Uma estrutura demográfica caracterizada pelo envelhecimento e pela saída de pessoas em idade produtiva contribui diretamente para o aumento da proporção da população dependente no mundo rural.

Esses padrões etários são consistentes com os fatores de expulsão e de atração descritos no início da seção: na adolescência e na juventude, as restrições educacionais e de trabalho nas áreas rurais, juntamente com a concentração de oportunidades de estudo, emprego e serviços em áreas urbanas e semiurbanas, fazem com que a migração seja uma opção especialmente atraente. À medida que o ciclo de vida avança, a consolidação de projetos familiares e de trabalho e os maiores custos econômicos e emocionais do deslocamento reduzem

a propensão a migrar, de modo que a mobilidade interna se concentra em idades relativamente precoces.



A emigração rural é particularmente significativa entre os jovens de 14 a 29 anos, o que contribui para um processo de envelhecimento da população dessas áreas

Quanto ao padrão etário da imigração para municípios rurais, as pessoas são, em média, mais velhas do que aquelas que emigram do mundo rural. Nos países analisados – Brasil (2010), Peru (2017) e Colômbia (2018) –, a maioria das pessoas que chegam às áreas rurais tem entre 30 e 59 anos. A exceção é Honduras (2013), onde predomina o grupo de 15 a 29 anos (Martínez Villa e Rosá, 2025). Em conjunto, esses padrões indicam que, ao combinar uma emigração rural majoritariamente jovem com uma imigração rural de pessoas mais velhas, a migração líquida negativa observada em muitos municípios rurais contribui para um processo de envelhecimento da população rural.

¹⁵ Este aumento na imigração é observado no Panamá (2023 frente a 2000), em Honduras (2013 frente a 2001), na Colômbia (2018 frente a 2005) e no Chile (2017 frente a 1992). Os únicos países da amostra onde a imigração rural diminuiu ao longo do tempo são o Brasil (2000 frente a 2010) e o México (1995 frente a 2020).

Caracterização com microdados censitários: México e Chile

A partir dos microdados dos últimos censos disponíveis para o México (2020) e o Chile (2017), foi realizada uma análise comparativa entre indivíduos que, cinco anos antes do levantamento, residiam em

municípios rurais. O objetivo é caracterizar aqueles que migraram desses municípios nesse período e compará-los com aqueles que permaneceram em municípios rurais. Como a pergunta do censo sobre migração se refere ao local de residência cinco anos antes, não é possível identificar com precisão o momento exato da migração, mas sim saber que ela ocorreu em algum momento dentro desse intervalo.

Tabela 6.1
Características demográficas da população rural migrante e não migrante

Painel A. Chile 2017

Variável	Não migrante	Emigrante rural	Diferença entre emigrante e não migrante	Imigrante rural	Diferença entre imigrante e não migrante
Idade	41,0	31,8	-9,2***	35,6	-5,4***
Mulher	50,1%	49,3%	-0,8***	48,1%	-2,0***
Ensino fundamental	36,9%	21,2%	-15,7***	27,3%	-9,6***
Ensino médio	36,5%	61,1%	24,6***	50,1%	13,6***
Universidade	3,6%	9,7%	6,1***	13,0%	9,4***

Painel B. México 2020

Variável	Não migrante	Emigrante rural	Diferença entre emigrante e não migrante	Imigrante rural	Diferença entre imigrante e não migrante
Idade	34,8	28,4	-6,4***	30,0	-4,8***
Mulher	51,3%	52,4%	1,1***	51,4%	0,1***
Ensino fundamental	48,2%	45,4%	-2,8***	49,5%	-1,3***
Ensino médio	16,0%	32,9%	16,9***	24,8%	8,8***
Universidade	4,5%	10,1%	5,6***	13,3%	8,8***

Nota: A tabela apresenta as médias correspondentes à população chilena em 2017 e à mexicana em 2020. As médias das variáveis educacionais foram calculadas com a população maior de 18 anos. É considerada emigrante rural toda pessoa que, cinco anos antes do censo, residia em uma localidade classificada como rural de acordo com a tipologia DEGURBA mais recente e que, no momento do censo, declara residir em uma localidade diferente, não rural. Considera-se imigrante rural quem residia em um município rural no momento do censo, mas não o fazia cinco anos antes, de acordo com a metodologia de Martínez Villa e Rosá (2025). ***p-valor <0,01; **p-valor <0,05; *p-valor <0,1%.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo do México 2020 e do Chile 2017 (Ruggles et al., 2025) e Schiavina et al. (2023)

A tabela 6.1 mostra que 53% das pessoas que emigram de municípios rurais no México são mulheres, enquanto no Chile essa proporção é ligeiramente menor (49%). Em relação à idade, os microdados censitários permitem uma análise mais refinada em relação às faixas etárias utilizadas em fontes como

o MIALC: no México, a idade média dos que emigram de áreas rurais é de 28,4 anos, o que sugere que muitas saídas ocorreram na faixa de 23 a 28 anos, em direção ao extremo superior da faixa de 14 a 29 anos. No Chile, a idade média dos emigrantes rurais é mais elevada, entre 26 e 31 anos, indicando um

padrão migratório mais tardio, possivelmente associado a decisões familiares ou de trabalho. Em ambos os países, aqueles que migram de áreas rurais são significativamente mais jovens do que aqueles que permanecem, contribuindo para o envelhecimento relativo das localidades de origem (Martínez Villa e Rosá, 2025).



Os dados sugerem que a migração rural-urbana é composta, em grande parte, por jovens em idade produtiva e com nível de escolaridade relativamente alto, o que amplia as lacunas de produtividade em relação às áreas urbanas

Em relação ao nível de escolaridade, pode-se observar que as pessoas que emigraram de municípios rurais no México têm uma probabilidade 17 pontos percentuais a mais de ter concluído o ensino médio e quase 6 pontos percentuais a mais de ter concluído o ensino superior, em comparação com aquelas que permanecem no meio rural (tabela 6.1). No Chile, a diferença no ensino médio completo é ainda maior, em torno de 25 pontos percentuais, enquanto a diferença no ensino superior é semelhante, em torno de 6 pontos percentuais.

Embora essa análise não permita estabelecer com certeza se os migrantes já possuíam níveis de escolaridade mais elevados antes de migrar ou se os adquiriram posteriormente, os dados sugerem que a migração rural-urbana é composta, em grande parte, por jovens

em idade produtiva e com nível de escolaridade relativamente alto. Essa dinâmica tem implicações importantes: reduz a acumulação de capital humano nas áreas rurais e, conseqüentemente, amplia as lacunas de produtividade e desenvolvimento em relação às áreas urbanas.

Quanto ao perfil dos imigrantes para áreas rurais, a tabela 6.1 mostra que, no Chile, a idade média de chegada está entre 30 e 35 anos, enquanto no México, aqueles que chegam aos municípios rurais têm entre 25 e 30 anos; em ambos os casos, trata-se de pessoas mais jovens do que a média da população rural receptora. Em termos de composição por gênero, um número ligeiramente menor de mulheres do que de homens chega aos municípios rurais no Chile, enquanto no México ocorre o contrário. No que diz respeito ao capital humano, tanto no México quanto no Chile, aqueles que chegam aos municípios rurais são significativamente mais instruídos do que aqueles que residem neles: cerca de 13% concluíram o ensino superior, frente a 3,6% e 4,5% da população residente em municípios rurais do Chile e do México, respectivamente. Além disso, no caso do Chile, aproximadamente 22% desses imigrantes são pessoas que retornam ao seu local de origem. Em síntese, a migração rural tende a rejuvenescer os municípios receptores e aumentar seu estoque de capital humano, mas não acarreta mudanças significativas na composição por gênero.



A migração rural tende a rejuvenescer os municípios receptores e aumentar seu estoque de capital humano

Migrar em busca de oportunidades?

Embora identificar o efeito causal da migração no bem-estar da população rural esteja além do escopo deste relatório, compreender como as condições de vida e de trabalho dos migrantes se alteram é fundamental, do ponto de vista da política pública, para a criação de instrumentos e incentivos baseados em evidências.

Evidência descritivas com microdados: México e Chile

A análise descritiva dos microdados censitários do México, apresentada na tabela A.6.1 do apêndice (disponível na edição on-line do RED), mostra que os migrantes rurais apresentam, em média, melhores

indicadores de acesso a serviços básicos (especialmente conexão à rede de água e, em menor grau, eletricidade) e a tecnologias da informação, mas menor probabilidade de ter casa própria. Esses padrões são consistentes com a literatura que documenta que o acesso à moradia e, em particular, à moradia de qualidade, pode se deteriorar como consequência do processo migratório, chegando, inclusive, a se tornar uma barreira à migração (Lagakos et al., 2023).

Em termos de trabalho, Martinez Villa e Rosá (2025) mostram que, tanto no México quanto no Chile, a migração de áreas rurais está associada a uma maior inserção no mercado de trabalho e a mudanças na estrutura ocupacional. No México, as pessoas que migram apresentam taxas de emprego significativamente mais altas e taxas de desemprego mais baixas do que aquelas que permanecem no campo. No Chile, embora as disparidades no emprego sejam mais limitadas, a migração está associada a uma menor presença em atividades primárias (agricultura, pesca e silvicultura) e a uma maior probabilidade de trabalhar em ocupações não manuais (comércio, administração pública, serviços empresariais e imobiliários) e, em menor medida, em atividades manuais, como manufatura, construção e serviços domésticos particulares, sendo este último item especialmente relevante no caso da migração feminina (Rodríguez Vignoli, 2019).

Evidência regional: comparação entre municípios emissores e receptores

Com o objetivo de ampliar a análise para além dos casos do México e do Chile e caracterizar os padrões de origem e destino da migração de municípios rurais na América Latina e no Caribe, indicadores territoriais do banco de dados de governos locais e regionais do CAF (2025a) são combinados com informações censitárias para identificar os dez municípios rurais com maior expulsão de população e os dez municípios não rurais com maior atração de migrantes internos na região (gráfico 6.11). Em termos gerais, os migrantes rurais provêm de municípios com taxas de desemprego mais elevadas, menor acumulação de capital humano e pior acesso a serviços básicos, e se deslocam para localidades

que, em média, oferecem melhor infraestrutura e maior cobertura de serviços.

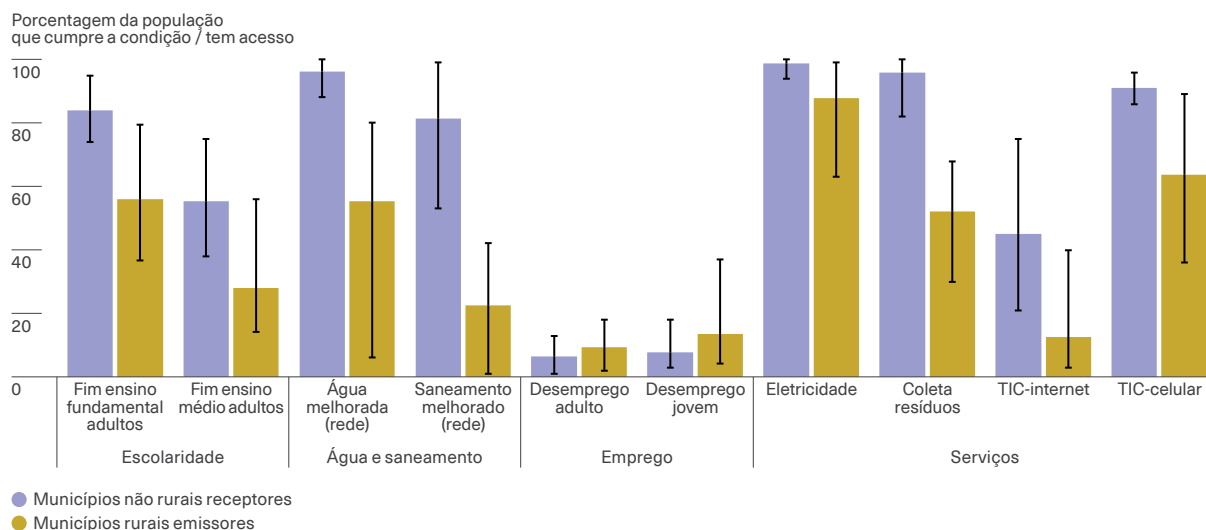


Em termos gerais, os migrantes rurais provêm de municípios com taxas de desemprego mais elevadas, menor acumulação de capital humano e pior acesso a serviços básicos, e se deslocam para localidades que, em média, oferecem melhor infraestrutura e maior cobertura de serviços

Ao considerar as heterogeneidades por país, Martinez Villa e Rosá (2025) mostram que, na Bolívia, Colômbia, Honduras e Panamá, as taxas de desemprego, em particular o desemprego juvenil, podem ser mais elevadas nos municípios urbanos receptores do que nos emissores rurais. Isso indica que a migração para as cidades não garante uma melhoria generalizada nas oportunidades de trabalho. Esse padrão é compatível com duas interpretações não excludentes: (1) que os migrantes rurais, positivamente selecionados em termos de idade e escolaridade, não estão necessariamente se deslocando para mercados de trabalho menos atrativos do ponto de vista individual, e (2) que uma fração deles efetivamente se insere em cidades com menor dinamismo e piores condições agregadas de emprego. Esta última interpretação se alinha à literatura sobre congestionamento ou saturação urbana e alta informalidade (Busso et al., 2023; Fields, 1975; Inquilla-Mamani et al., 2023; Lara et al., 2020; Maloney, 2004), que documenta como a chegada maciça da população a mercados de trabalho urbanos pouco dinâmicos pode aumentar o desemprego e a informalidade e limitar o potencial da cidade como âmbito de mobilidade ascendente para parte dos migrantes rurais. A escassez de estudos com identificação causal sobre a emigração rural na ALC restringe, contudo, a capacidade de identificar com precisão quais mecanismos predominam nesse processo.

Gráfico 6.11

Perfil dos principais municípios rurais emissores e dos municípios não rurais receptores de população rural



Nota: O gráfico ilustra os valores médios dos indicadores de desenvolvimento selecionados para as 10 cidades que receberam maior fluxo migratório entre as analisadas (Santa Cruz de la Sierra na Bolívia; Brasília, Rio de Janeiro, Salvador de Bahia e São Paulo no Brasil; Bogotá na Colômbia; Distrito Central em Honduras; Tijuana no México; e Lima no Peru), em comparação com as 10 áreas rurais que mais emitiram migração; as barras de erro mostram os valores mínimo e máximo dentro de cada grupo. Para a identificação das emissoras (Campo Formoso, Cametá, Novo Repartimento, Santana do Acaraú e Santa Luzia no Brasil; Coqueta na Colômbia; Chone e Guaranda no Equador; Juticalpa em Honduras e Hato Mayor na República Dominicana), ordenou-se o total de áreas rurais subnacionais compreendidas nos censos e matrizes do MIALC, analisadas de acordo com o número total de emigrantes, e atribuiu-se o valor dos indicadores de desenvolvimento com base nas informações contidas no CAF (2025a). Consultar Martínez Villa e Rosá (2025) para uma análise desagregada por país.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPUMS (Ruggles et al., 2025), INEC (2024), processamento de dados censitários do MIALC (Celade-Divisão de População da CEPAL, s.d.), Schiavina et al. (2023) e CAF (2025a).

Avaliação das evidências e desafios da política pública

Em síntese, a migração de municípios rurais da América Latina e do Caribe, embora tenha diminuído, tanto pela desaceleração da emigração quanto pelo aumento incipiente da imigração em vários países da região, continua contribuindo para a redução da população rural e está ligada à oferta limitada de serviços, à baixa produtividade e à escassez de oportunidades econômicas no local de origem. Os migrantes tendem a ser mais jovens e relativamente mais instruídos, o que sugere uma seleção positiva e pode ampliar as disparidades entre as áreas rurais e urbanas. A saída da população reduz a densidade e pode desestimular investimentos em infraestrutura e serviços, alimentando um círculo vicioso de atraso.

Para aqueles que conseguem migrar, as evidências descritivas mostram melhorias no plano de trabalho, no acesso a serviços e na acumulação de capital humano, mas com custos significativos em termos de condições de moradia e com resultados heterogêneos dependendo do país e da cidade de destino.

Além dessas evidências descritivas, o conhecimento com identificação (quase) causal na ALC ainda é limitado e se concentra quase exclusivamente no Brasil, com foco nas cidades receptoras. Esses estudos documentam impactos nos mercados de trabalho, na habitação, nos serviços urbanos e na criminalidade (Busso et al., 2025; Egger, 2022; Feler e Henderson, 2011; Ferré, 2011; Ferreira et al., 2025; Imbert e Ulysea, 2022), mas fornecem menos evidências sobre o bem-estar das famílias rurais de origem. Paralelamente, os estudos descritivos sobre a região indicam que

os migrantes rurais tendem a ter acesso a melhores empregos, embora a habitação e serviços mais precários (Busso et al., 2023; Rodríguez Vignoli, 2017), o que reforça a necessidade de estudos causais que permitam uma avaliação abrangente dos custos e benefícios da migração.

A literatura internacional complementa esse panorama: estudos experimentais e estruturais, principalmente na Ásia, mostram que a migração, muitas vezes sazonal, pode funcionar como um mecanismo de proteção contra choques de renda e gerar ganhos significativos de bem-estar para as famílias mais pobres (Bryan et al., 2014; Lagakos et al., 2023; Meghir et al., 2022; Morten, 2019), embora sua extrapolação para uma região já altamente urbanizada como a ALC

não seja imediata. As evidências sobre os efeitos de longo prazo são ainda mais limitadas: fora da região, Ward (2022) documenta ganhos intergeracionais expressivos em termos de renda associados à migração interna nos Estados Unidos, mas não existem estudos análogos para a ALC.

Nesse contexto, o debate sobre políticas públicas permanece aberto: subsídios à migração podem aliviar as famílias vulneráveis, mas com o risco de aprofundar as desigualdades territoriais, enquanto o fortalecimento de serviços básicos, infraestrutura, conectividade e mecanismos de gestão de risco em áreas rurais busca tornar a migração uma opção, e não a única estratégia disponível para acessar oportunidades.

Indicadores de desenvolvimento humano: saúde e educação

Juntamente com as profundas mudanças demográficas e redução da pobreza, a região passou por importantes transformações sociais. Entre elas, destaca-se o aumento do capital humano, que abrange habilidades, nível de escolaridade e saúde – dimensões fundamentais para o bem-estar. A formação de capital humano é essencial para melhorar as trajetórias de vida (Berniell et al., 2016), e as desigualdades nesse processo são um mecanismo central de reprodução intergeracional de disparidades na região (Berniell et al., 2025). Além

disso, uma população mais saudável reduz as pressões sobre os sistemas de saúde e cuidados, e uma população com maiores habilidades impulsiona a produtividade e a capacidade de adaptação em um contexto tecnológico e em constante mudança ambiental (Álvarez et al., 2018; Fernández et al., 2025). Embora essas melhorias também tenham alcançado as áreas rurais, as disparidades em relação às áreas urbanas persistem e continuam limitando as oportunidades de desenvolvimento da população rural.

Cobertura educacional

A ALC conseguiu um aumento sustentado na cobertura da educação básica, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Esse progresso permitiu reduzir as disparidades com as áreas urbanas (De la Mata et al., 2022). As melhorias se refletem em mais anos de escolaridade nas gerações mais jovens. Em média, de acordo com dados do CEDLAS (2025), enquanto as pessoas com mais de 55 anos residentes em áreas rurais acumularam em 2023 cinco anos de escolaridade (frente a 8 nas áreas urbanas), as pessoas de 15 a 24 anos acumularam 10 anos (11 nas

áreas urbanas), como pode ser observado no painel A do gráfico 6.12. Com a universalização do ensino fundamental na região, as taxas de escolarização nesse nível educacional em 2023 atingiram 98%, assim como nas áreas urbanas, conforme refletido no painel B do mesmo gráfico. No ensino médio, a taxa de escolarização rural em 2023 foi de 75%, frente a 85% nas áreas urbanas. Essas disparidades tendem a ser maiores nos países com uma proporção relativamente maior de população rural (Fernández et al., 2025).

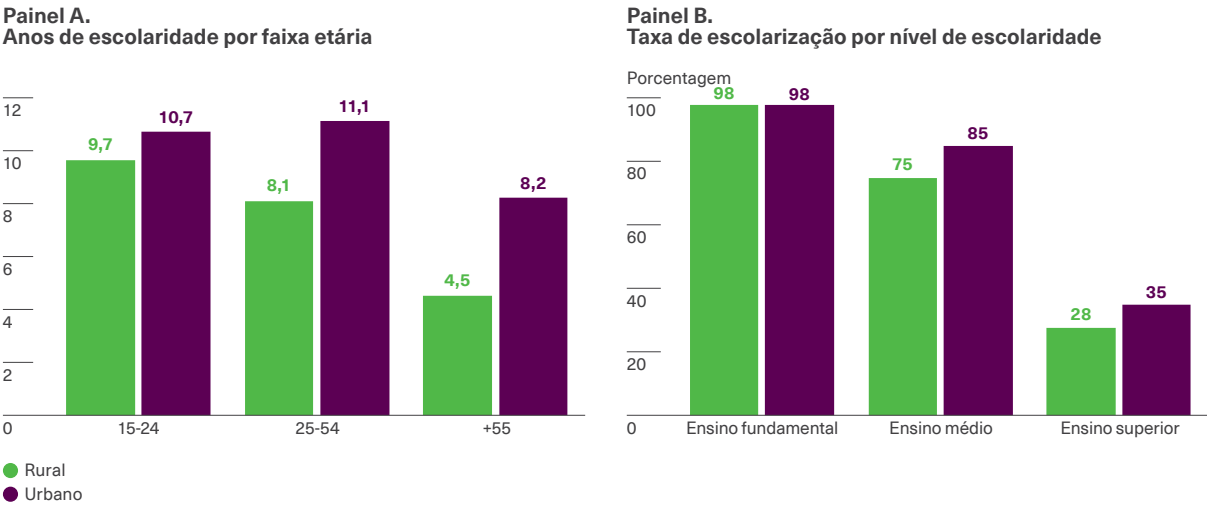


Projeto etnoeducacional rural de construção de escolas
modulares patrocinado pelo CAF em Timbiquí, Colômbia.

A taxa de escolarização no ensino superior continua sendo significativamente mais baixa nas áreas rurais, refletindo as limitadas oportunidades de formação avançada e especialização (painel B do gráfico 6.12). No entanto, essas disparidades são em parte esperadas, uma vez que a oferta de formação nesse nível de educacional tende a se concentrar, por razões

de escala e custos (capítulo 8), em áreas urbanas e, dentro delas, em grandes cidades. A isso se soma o fato de que a educação técnica e os programas de ciclo curto, que têm se mostrado uma opção viável para expandir a oferta de ensino pós-médio em áreas geograficamente desatendidas, são escassos na região (Ferreira, 2017; Ferreira et al., 2022).

Gráfico 6.12
Indicadores educacionais em áreas rurais e urbanas. Média da América Latina e do Caribe, 2023



Nota: Média simples calculada com dados de 14 países (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai).
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Aprendizagem no ensino fundamental e médio

Melhorias significativas na cobertura educacional não conseguiram reduzir as lacunas na aprendizagem dos alunos das escolas rurais. Essas lacunas refletem, em parte, as desvantagens socioeconômicas

estruturais da população rural, mas também estão ligadas a diferenças na qualidade do ensino oferecido, conforme documentado com mais detalhes no capítulo 8.



Ação CAF.
Escaneie o QR para saber mais sobre a construção de centros educacionais em Timbiquí.



Melhorias significativas na cobertura educacional não conseguiram reduzir as lacunas na aprendizagem dos alunos das escolas rurais

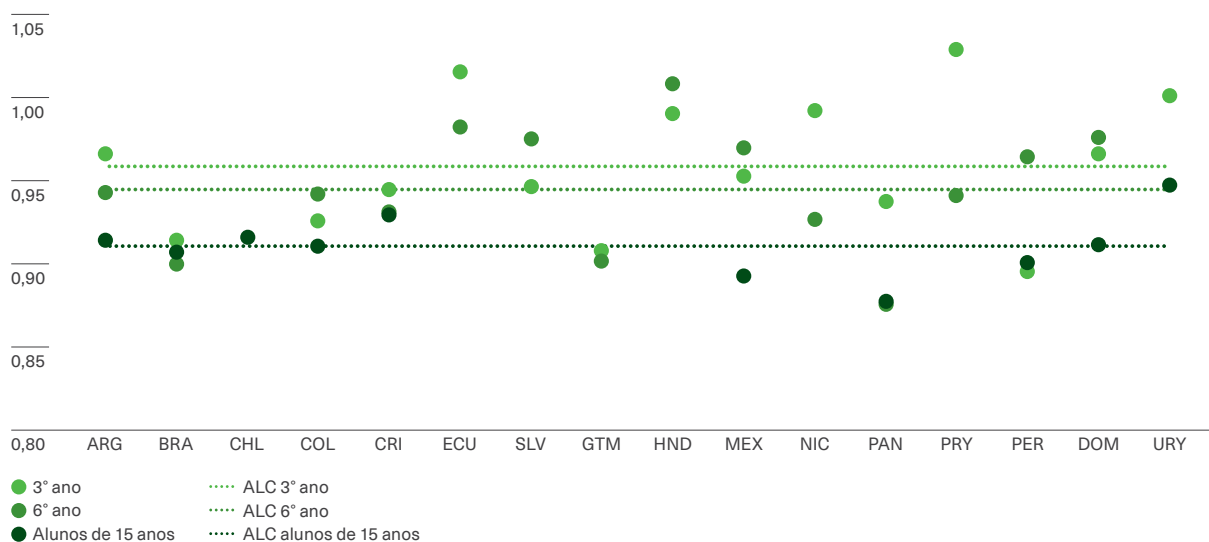
O gráfico 6.13 apresenta a razão entre as notas obtidas por alunos rurais e urbanos em testes padronizados do ensino fundamental (terceiro e sexto anos) e médio (15 anos) em 2018¹⁶. Um valor superior a 1 indica uma vantagem rural, enquanto um valor inferior a 1 reflete uma desvantagem em relação ao meio urbano. Na média regional (indicada pelas linhas pontilhadas no gráfico), as razões permanecem abaixo de 1 em todos os níveis de ensino, evidenciando um atraso sistemático na aprendizagem nas áreas rurais. Esse atraso é

ainda mais preocupante considerando que os níveis de desempenho urbano na região já são baixos em comparação com os de países de renda mais alta.

Vale ressaltar que a lacuna entre áreas rurais e urbanas aumenta à medida que os alunos avançam no sistema educacional: as razões são menores no ensino médio do que no ensino fundamental, o que sugere um processo cumulativo de desvantagens na aquisição de habilidades (Berniell et al, 2016). Além disso, no ensino médio, o maior índice de evasão escolar em contextos rurais pode distorcer os resultados para cima, uma vez que os jovens que permanecem no sistema tendem a apresentar desempenhos melhores do que a média de sua coorte, de modo que as disparidades podem ser ainda maiores do que as observadas em um contexto de maior retenção escolar.

Gráfico 6.13

Razão rural-urbana nas notas médias em testes padronizados de matemática de alunos do 3º ano, 6º ano e de 15 anos em países da América Latina e do Caribe, 2018



Nota: A razão rural-urbana é calculada como a pontuação média obtida por alunos rurais em testes padronizados de matemática, dividida pela pontuação média dos alunos urbanos. O valor <1 indica desvantagem rural no desempenho dos testes. Nos indicadores do ERCE, a definição de urbano e rural corresponde à estabelecida por cada país nessas pesquisas. Nos indicadores provenientes do PISA, a variável rural é construída com base no tamanho da localidade.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025) obtidos com microdados dos testes ERCE e PISA.

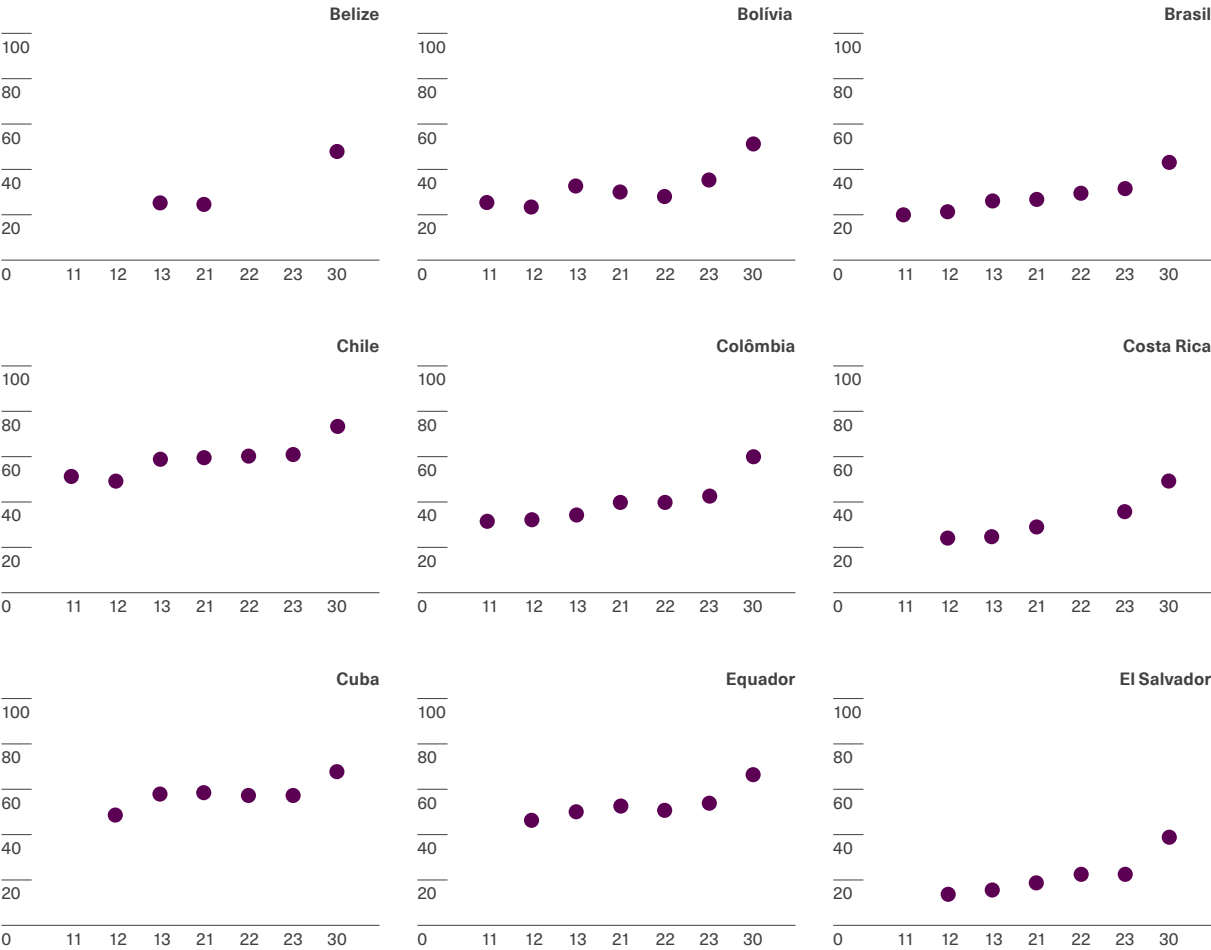
¹⁶ Os cálculos utilizam dados do Estudo Regional Comparativo e Explicativo, uma avaliação padronizada coordenada pela UNESCO na América Latina e no Caribe para medir a aprendizagem dos alunos e os fatores que o influenciam, e do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), coordenado pela OCDE.

Ensino no continuum rural-urbano

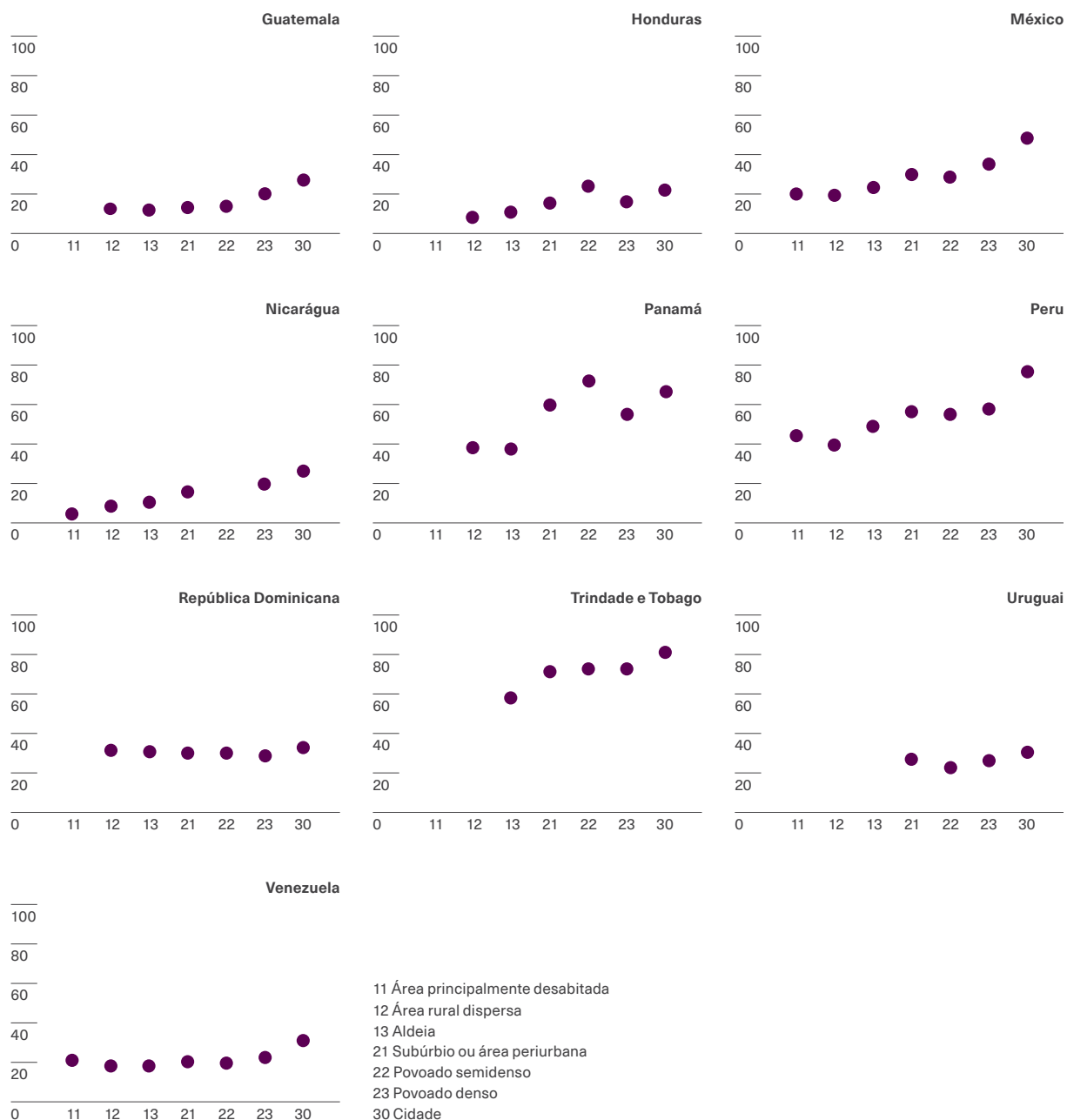
O grau de ruralidade do município de residência influencia significativamente as oportunidades educacionais. O gráfico 6.14 mostra a porcentagem da população com ensino médio em municípios classificados segundo seu nível de urbanização, de acordo com o critério DEGURBA. Na maioria dos países da região, observa-se um gradiente claro: quanto maior o grau de urbanização do município, maior a proporção

de pessoas que concluem o ensino médio. Municípios rurais (aldeias, áreas rurais dispersas e áreas rurais desabitadas) apresentam sistematicamente os níveis mais baixos de conclusão desse nível de ensino, enquanto municípios semiurbanos (subúrbios, povoados densos e semidensos) apresentam níveis intermediários. Isso sugere seu potencial como espaços de articulação territorial para as políticas educacionais.

Gráfico 6.14
Porcentagem da população com ensino médio concluído por grau de urbanização do município



Continua na próxima página →



Nota: As unidades administrativas subnacionais são classificadas de acordo com seu grau de urbanização utilizando o critério DEGURBA (nível 2). Segundo essa classificação, são consideradas rurais as áreas principalmente desabitadas (11), as áreas rurais dispersas (12) ou as unidades identificadas como aldeias (13). Aquelas categorizadas como subúrbio ou áreas periurbana (21), povoado semidenso (22) ou povoado denso (23) são classificadas como áreas semiurbanas, enquanto as unidades identificadas como cidades correspondem a áreas urbanas (30). Consultar os quadros 6.1 e 6.2 para uma descrição detalhada da metodologia DEGURBA. Os anos do censo de cada país são os seguintes: Belize, 2010; Bolívia, 2012; Chile, 2017; Colômbia, 2018; Costa Rica, 2011; Equador, 2022; Guatemala, 2018; Honduras, 2013; México, 2020; Nicarágua, 2005; Panamá, 2023; Peru, 2017; Uruguai, 2011 e Venezuela, 2011.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CAF (2025a) e Schiavina et al. (2023).



O grau de ruralidade do município de residência influencia significativamente as oportunidades educacionais

No entanto, em alguns países, esse gradiente é pouco acentuado e pode até ser praticamente plano. Em outros casos, ele assume forma de U. Por exemplo, Chile, Cuba e Trindade e Tobago apresentam níveis elevados e relativamente homogêneos em todos os tipos de

territórios, sugerindo uma maior equidade territorial. Em países como República Dominicana, Uruguai e Venezuela, algumas categorias intermediárias (subúrbios ou povoados densos) podem apresentar níveis de conclusão semelhantes ou até inferiores aos rurais, o que indica que o padrão urbano-rural nem sempre segue uma progressão linear. Esses resultados refletem que, para eliminar as lacunas de ensino, são necessárias melhorias na cobertura e na qualidade, com uma abordagem territorial que trate das desigualdades estruturais associadas ao grau de ruralidade.

Saúde

A saúde é outra das dimensões fundamentais do desenvolvimento humano. O gráfico 6.15 apresenta a razão de diversos indicadores de saúde para crianças, adolescentes e adultos entre áreas rurais e urbanas. Por se tratar de indicadores negativos sobre resultados de saúde e acesso, um valor superior a 1 indica uma desvantagem rural, enquanto um valor inferior a 1 reflete uma vantagem em relação ao meio urbano.

Entre a população infantil e adolescente (painel A do gráfico), indicadores como atraso no crescimento, maternidade adolescente e atendimento pré-natal insuficiente apresentam maior incidência nas áreas rurais em todos os países, com exceção de Barbados, Costa Rica e Suriname no indicador de atraso no crescimento. Esses dados revelam deficiências estruturais no acesso a serviços essenciais em etapas críticas do ciclo de vida (Bancalari et al., 2025).

Na população adulta (painel B), alguns problemas, como sobrepeso ou hipertensão, são tão prevalentes ou até menos do que nas áreas urbanas. No entanto, nas áreas rurais observam-se maiores dificuldades no atendimento e acompanhamento de condições crônicas, como hipertensão não tratada, ou no acesso a serviços de saúde reprodutiva.



Os indicadores de saúde e educação mostram melhorias no capital humano rural, mas os avanços ainda são insuficientes para reduzir as lacunas estruturais que limitam o bem-estar e as oportunidades de desenvolvimento

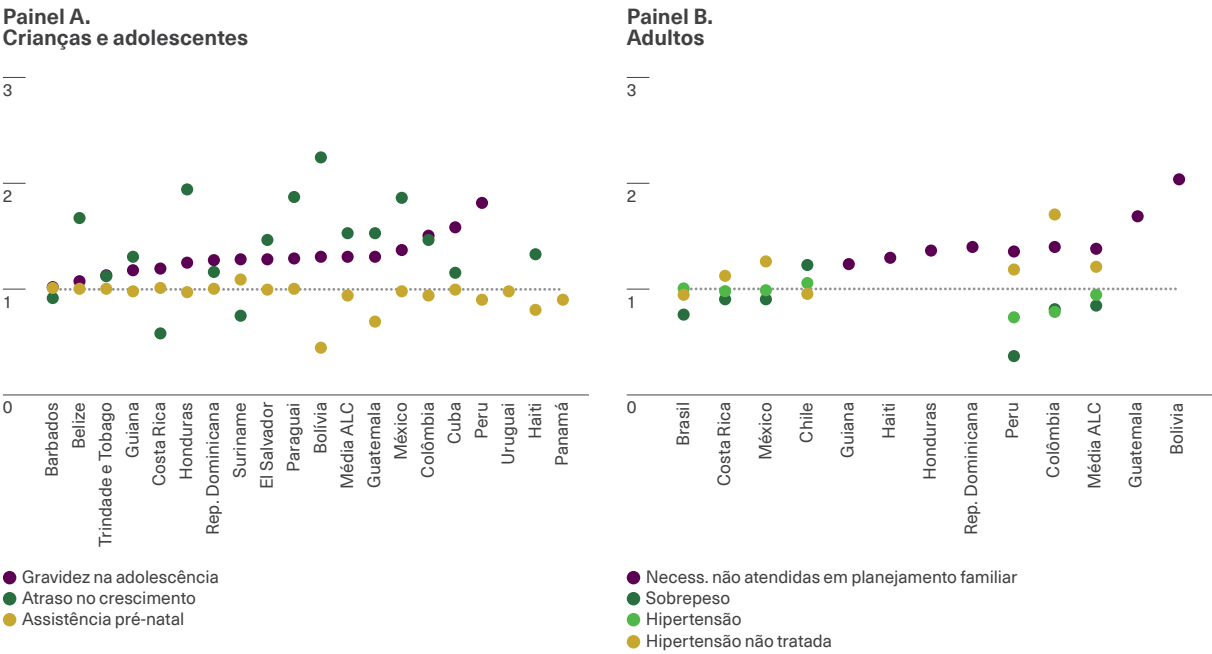
Em conjunto, os indicadores de saúde e educação mostram que o capital humano nas áreas rurais melhorou, mas os avanços ainda são insuficientes para reduzir as lacunas estruturais que continuam limitando o bem-estar, a produtividade e as oportunidades de desenvolvimento dessas populações. Embora parte dessas lacunas nos indicadores de desenvolvimento humano esteja associada a piores condições econômicas e maior insegurança alimentar da população rural, ou seja, fatores de demanda, conforme documentado no capítulo 1, também persistem importantes barreiras do lado da oferta. Elas são analisadas em detalhes no capítulo 8 e incluem limitações tanto na acessibilidade quanto na qualidade dos serviços educacionais e de saúde.



Ação CAF.

Escaneie o QR para conhecer os projetos de infraestrutura educacional do CAF.

Gráfico 6.15
Razão rural-urbano em indicadores de saúde e acesso a serviços de saúde



Nota: A razão rural-urbana é obtida dividindo-se o indicador correspondente nas áreas rurais pelo urbano. Por se tratar de indicadores de mau desempenho em saúde, um valor superior a 1 indica desvantagem rural em saúde, exceto no caso da atenção pré-natal de qualidade, em que um valor inferior a 1 indica desvantagem rural. Utiliza-se o último dado disponível para cada país. Ver Bancelari et al. (2025) para uma descrição detalhada dos indicadores.

Fonte: Elaboração própria com base em Bancelari et al. (2025) a partir de pesquisas demográficas e de saúde (DHS, na sigla em inglês), de pesquisas de indicadores múltiplos por conglomerados (MICS, na sigla em inglês) e de pesquisas nacionais de saúde.